

Generosa Albion? Oposicionistas portugueses no Reino Unido, c. 1960-1974

PEDRO AIRES OLIVEIRA

Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL

A diáspora oposicionista sob o Estado Novo

Nas quase cinco décadas de experiência autoritária em Portugal (1926-1974), a deportação para os territórios ultramarinos e o exílio em países estrangeiros foram destinos comuns aos indivíduos que contestaram a ditadura.¹ No estrangeiro, os locais de fixação da diáspora oposicionista foram variados, o mesmo sucedendo com as motivações concretas de todos quantos se viram forçados a abandonar o país enquanto vigorou o regime de Salazar e Caetano.

A primeira vaga de deportações e exílios teve lugar logo a seguir à implantação da Ditadura Militar (1926) e os seus protagonistas foram essencialmente as figuras da elite política ligada ao regime parlamentar deposto, logo seguidos por indivíduos que se viriam a empenhar nas lutas do chamado “Revirinho”, incluindo numerosos anarco-sindicalistas e comunistas, e os ocasionais monárquicos ou fascistas que se incompatibilizaram com Salazar (casos de Paiva Couceiro e Rolão Preto). Os seus destinos de eleição foram a França, a Espanha (entre 1931 e 1936), e o Brasil. A proximidade geográfica dos dois primeiros países, e a natureza democrática das suas instituições, constituíam motivos óbvios de atracção. No caso

¹ Para uma visão de conjunta do fenómeno, cf. Farinha, Luís: *Exílio in Rosas*, F. e Brito, J. M. Brandão (org.): *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 323-325, e, do mesmo autor, o capítulo 8 (“Deportação e Exílio”) na obra *Vítimas de Salazar*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp. 199-227.

do Brasil, a distância geográfica era compensada pelo factor cultural-linguístico e a existência de uma vasta comunidade de imigrantes, no seio da qual avultavam várias agremiações políticas de orientação republicana, dispostas a oferecer apoio aos opositores da ditadura em Portugal². Sempre sensível ao perigo que núcleos organizados de dissidentes poderiam representar para a sua reputação, o Estado Novo parece nunca ter encarado com bons olhos a emergência de uma diáspora politicamente mobilizada. O encarceramento ou a deportação para as colónias (por vezes em regime de detenção em campos penais) foram as suas modalidades preferidas para lidar com a dissidência.

As convulsões internacionais dos anos 30 e 40 e, sobretudo, o advento de regimes autoritários e fascistas nesses países (ditadura de Getúlio Vargas no Brasil entre 1937 e 1945, regime de Franco em Espanha a partir de 1939, regime colaboracionista de Pétain em França entre 1940 e 1944), tornaram difícil a procura de locais de refúgio no estrangeiro para os opositores portugueses, alguns dos quais aproveitarão a amnistia “envenenada” de Salazar em 1940, por ocasião das celebrações do “Duplo Centenário”, para regressar ao país.

O panorama apenas se alterará em finais da década de 1950 e inícios da seguinte. Isso ficou a dever-se à liberalização política de uma parte significativa da Europa Ocidental e da América Latina (nomeadamente o Brasil entre 1945 e 1964, e da Venezuela desde 1959, que se juntam ao estável Uruguai democrático) e às políticas de imigração mais generosas de alguns dos seus estados, então a atravessar um período de assinalável dinamismo económico. Este quadro fornecerá o pano de fundo à segunda grande vaga de exílios portugueses, que começa a tomar forma a partir de 1959. O momento de viragem foram as eleições presidenciais do ano anterior, que galvanizam a oposição anti-salazarista em torno da candidatura de Humberto Delgado e constituíram uma experiência de iniciação à política para toda uma geração. No seu rescaldo, alguns implicados no malogrado “golpe da Sé” (Março de 1959), o próprio general e figuras como o capitão Henrique Galvão abandonarão o país, por vezes depois de um curto período de asilo nas embaixadas sul-americanas em Lisboa. Na década de 60, a repressão que se abateu sobre os movimentos estudantis contestatários das políticas do regime, uma nova tentativa *putschista* (golpe de Beja, Janeiro de 1962) e a perspectiva do cumprimento do serviço militar em cenário de guerra, geraram novos contingentes de expatriados e exilados políticos. Núcleos mais ou menos organizados de portugueses emergiram em França, Bélgica, Suíça, Itália, Reino Unido, países escandinavos, e também em alguns estados

² Sobre esta comunidade de opositores à ditadura portuguesa no Brasil, cf. Paula, Heloísa: “Os Insubmissos da Colónia”: A recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945), *Penélope*, 16, 1995, pp. 9-24.

do bloco socialista, como a Roménia, a Checoslováquia ou a própria URSS. No outro lado do oceano, para além dos países sul-americanos já referidos, os Estados Unidos e o Canadá acolheram grupos anti-salazaristas, geralmente de pendor mais conservador. A grande novidade, porém, terá sido o aparecimento de uma base de oposicionistas no Norte de África, primeiro em Marrocos e depois na Argélia, no ano em que este país conquistou a sua independência à França. O apoio generoso de um governo comprometido com várias lutas anti-imperialistas ofereceu um importante estímulo aos exilados portugueses para tentarem uma coordenação de esforços que até aí lhes havia faltado por completo. Dessas diligências, envolvendo as principais correntes oposicionistas (comunistas, católicos progressistas, socialistas, delgadistas), resultaria a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (1962), uma organização unitária que até 1964/65 se constituiu como o principal pólo aglutinador dos anti-fascistas lusos. Como veremos mais adiante, este pano de fundo é importante para contextualizar a actividade dos oposicionistas portugueses no Reino Unido, entre finais dos anos 50 e o 25 de Abril de 1974.³

A atracção do cosmopolitismo: o Reino Unido nos anos 60

Nos anos 1960 e 70, o Reino Unido nunca se constituiu como um dos principais destinos da emigração portuguesa. Entre 1960 e 1974, o número de portugueses que para aí se deslocaram para trabalhar não deverá, segundo algumas fontes oficiais, ter ultrapassado os 15-20 mil.⁴ O dinamismo económico superior de estados como a França, a República Federal Alemã, os países do Benelux ou a Suíça, assim como a sua maior acessibilidade geográfica e disponibilidade para receber imigrantes temporários, fizeram deles os destinos de eleição das centenas de milhares de portugueses que procuraram mudar de vida através da emigração.

Contudo, o Reino Unido atraiu um número significativo de portugueses que, não podendo ser tecnicamente designados como “refugiados políticos”⁵, haviam

³ Sobre este período, cf. Farinha, Luís “Deportação e Exílio...”, e Sertório, Manuel: *Humberto Delgado. 70 Cartas Inéditas. A luta contra o fascismo no exílio*. Lisboa, Praça do Livro, 1978, e Raby, D. L.: *Portuguese Exile Politics: The ‘Frente Patriótica de Libertação Nacional’, 1962-1973. Luso-Brazilian Review*, XXXI, 1994, pp. 77-89. Para o exílio português em França entre 1958-74, ver o importante trabalho (infelizmente não publicado) de Pereira, Victor: *Les Exilés Politique Portugaises en France de 1958 à 1974*. [Memoire de Maîtrise d’Histoire Contemporaine]. Rouen, 2000 (policopiado).

⁴ Números citados por Melo, Daniel: *As Pátrias à Distância: Nacionalidade e Regionalidade no Associativismo Emigrante Português no Reino Unido. Negócios Estrangeiros*, 10, Fevereiro de 2007, p. 411

⁵ Entendido aqui na acepção que lhe é dada pelo Protocolo à Convenção das Nações Unidas relativa ao estatuto de Refugiado Político (1967): “Pessoa que devido a um receio bem fundado de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social ou adesão a uma opinião política, se encontra fora do seu país e é incapaz de, ou não o pretende, devido àquele receio, beneficiar da protecção desse país; ou pessoa que não

tomado a decisão de abandonar o Portugal salazarista em boa medida por não se reverem na sua anacrónica (por referência à situação vivida na maior parte dos países ocidentais) atmosfera política e cultural⁶. Talvez os pudéssemos definir como “expatriados”, já que muitos deles não correriam, à data da sua partida, o risco iminente de serem perseguidos pelas autoridades. Tratava-se de indivíduos geralmente oriundos dos estratos sociais mais favorecidos da sociedade portuguesa e que escolheram as ilhas britânicas para estudar ou trabalhar, atraídos pela sua vida cultural incomparavelmente mais livre e cosmopolita, ou até mesmo pelo ambiente mais permissivo que nos anos 60 se instalou um pouco por toda a Europa Ocidental em matéria de costumes e sexualidade.⁷

Muitos viriam a alcançar alguma notoriedade no plano das artes plásticas, tanto em Portugal como no Reino Unido (os artistas Paula Rego, Bartolomeu Cid dos Santos, João Cutileiro e Eduardo Batarida serão, porventura, os nomes mais conhecidos desta vaga), assim como no mundo académico; outros adquiriram uma formação ou uma experiência profissional que, após a instauração da democracia, se revelaria decisiva para a prossecução de carreiras bem sucedidas na universidade, nas belas artes ou no jornalismo. Olhando para os seus percursos, e lendo ou escutando as suas reminiscências, dificilmente encaixam no perfil melancólico do exílio traçado por Edward Said.⁸

Neste artigo, apenas nos ocuparemos daqueles que, na definição do cientista político Yossi Shain poderão ser classificados como “exilados políticos”, ou seja, indivíduos “empenhados em actividades políticas contra as políticas do regime do país de onde são originários, contra esse mesmo regime, ou contra o sistema político de que este faz parte, de modo a criarem condições favoráveis para o seu regresso”.⁹ O que inclui, naturalmente, todos aqueles que não tendo abandonado

possuindo nacionalidade, e encontrando-se fora do seu país de residência habitual devido a determinados acontecimentos, é incapaz, ou não o pretende, devido àquele receio, regressar a ele” (nossa tradução). Texto da Convenção e Protocolo em: <http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf>

⁶ Para um retrato impressionista, mas sugestivo, da atmosfera cultural de inícios da década de 1960 em Portugal, cf. Mónica, Maria Filomena: “A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995” in Barreto, António (org.): *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1996, pp. 215-231.

⁷ Ver, a título, de exemplo, a justificação do escultor João Cutileiro: “Saí de Portugal por descontentamento face à Escola de Belas Artes, não por motivos políticos. A política é o chapéu-de-chuva que abrange tudo, mas na altura queria era arranjar um sítio para fazer escultura.” In Osório, Luís: *Vinte e Cinco Portugueses*. Lisboa, Editorial Notícias, 1999, p. 209. Para um outro testemunho da experiência da expatriação sem motivações políticas conscientes, cf. Mónica, Maria Filomena: *Bilhete de Identidade*. Lisboa, Alêtheia, 2005.

⁸ Said, Edward, “Reflections on Exile”, originalmente publicado em 1984, e coligido na obra do mesmo autor, *Reflections on Exile and Other Essays*. Harvard, Harvard UP, 2001, pp. 173-186.

⁹ Cf. Shain, Yossi: *The Frontier of Loyalty. Political Exiles in the Age of the Nation State*. Hanover & London, Wesleyan University Press, 1989, p. 15. Para as distinções entre exilado, expatriado, refugiado e emigrado, cf. o texto já citado de Said, p. 185.

Portugal por recearem pela privação da sua liberdade, vieram a encontrar-se na situação de refractários ao serviço militar e a envolver-se em actividades que os tornavam indesejáveis aos olhos das autoridades estado-novistas.

Até ao início do século XX, a Grã-Bretanha tinha-se distinguindo como um dos países europeus mais generosos a acolher toda a espécie de dissidentes, desde os liberais ibéricos na década de 1820 a líderes de movimentos nacionalistas, intelectuais socialistas, militantes anarquistas, e assim por diante. Essa sua política de *laissez-faire* seria gradualmente abandonada, primeiro com a aprovação do *Aliens Act* de 1905, e depois com o estabelecimento de controlos à imigração, por razões de segurança, na I Guerra Mundial. Relativamente ao problema dos foragidos de países totalitários nos anos 1920 e 1930, as autoridades britânicas adoptaram uma postura flexível e ad hoc que, não sendo especialmente generosa, ainda assim facilitou o acolhimento de algumas dezenas de milhar de refugiados judeus oriundos da Alemanha e Áustria. Esta abertura selectiva, que assentava no princípio de não distinguir entre imigrantes e refugiados políticos, teve sequência no imediato pós-II Guerra Mundial, quando números significativos de refugiados da Europa de Leste e países bálticos foram, em sucessivas vagas, assentando arraiais nas ilhas britânicas. Apenas no início da década de 1970 é que o Reino Unido se tornaria parte da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), e do respectivo Protocolo (1967), e mesmo assim não reconhecendo um valor absoluto às obrigações que esses instrumentos legais estabeleciam no que concerne à protecção devida aos refugiados políticos.¹⁰

Este enquadramento poderia não tornar a vida fácil aos portugueses que por volta de 1960 começaram a abandonar Portugal por razões relacionadas com a ausência de liberdades políticas ou a perspectiva de incorporação nas forças armadas, mas, como veremos a seguir, acabava também por lhes proporcionar algumas vantagens. Uma vez que o governo de Salazar era ainda, a vários níveis, um importante parceiro do Reino Unido, a ausência de uma distinção perfeitamente clara entre o imigrante económico e o refugiado político permitia às autoridades britânicas acolherem, sem receios de melindrar um governo aliado, indivíduos que reclamavam ser perseguidos por este. Esta imprecisão oferecia ao Home Office uma certa margem de discricionariedade, sempre útil para uma gestão flexível de situações que poderiam gerar atritos com os representantes de um país aliado da Grã-Bretanha.

¹⁰ Para as condições dos exilados políticos e do seu estatuto legal no Reino Unido ao longo do século XX, cf. Gibney, Matthew J: *The Ethics and Politics of Asylum. Liberal Democracy and the Response to Refugees*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 107-131, assim como Knox, Katherine e Kushner, Tony: *Refugees in an Age of Genocide. Global, National and Local Perspectives*. Londres, Frank Cass, 1999.

De uma forma geral, os casos complicados para as autoridades britânicas foram raros. Os portugueses que se entregaram a actividades anti-Salazar no Reino Unido formavam uma comunidade pequena e com dificuldade em fazer-se notar. A maior parte deles estava ciente de que poderia incorrer em sanções caso as suas actividades fossem interpretadas como uma apologia do derrube por meios violentos de um governo com o qual o Reino Unido mantinha relações amistosas. Esse foi o critério que as autoridades britânicas usaram para, em determinadas ocasiões, recusarem vistos de entrada a figuras que, pela sua notoriedade, poderiam causar um maior incómodo ao regime português – casos de Humberto Delgado e Agostinho Neto, por exemplo.¹¹

O período em análise neste artigo coincidiu com a alternância no poder de Conservadores e Trabalhistas: os governos de Macmillan e Douglas-Home até 1964, os de Harold Wilson até 1970; o governo de Edward Heath entre 1970 e 1974; e, por fim, o regresso de Wilson ao poder em Março de 1974. Foram anos marcados por alguma tensão nas relações luso-britânicas, resultante de crises relacionadas com a situação colonial portuguesa e o problema da Rodésia.¹² A atitude assumida pelas autoridades britânicas face aos acontecimentos em Angola e Goa, em 1961, assim como o alegado envolvimento de missionários baptistas britânicos com os guerrilheiros da UPA, deu o pretexto a Salazar para transformar o Reino Unido num dos seus bodes expiatórios nessa conjuntura crítica. Alguns anos depois, o ditador português alcançaria a sua desforra, ao assumir uma atitude de apoio ao governo secessionista de Ian Smith, quando este avançou para a Declaração Unilateral de Independência da Rodésia, em Novembro de 1965. As relações entre Londres e Lisboa conheceram um dos pontos mais baixos de sempre quando a Royal Navy se viu forçada a instituir um bloqueio ao porto da Beira, de forma a emprestar alguma credibilidade às sanções que entretanto impusera aos rebeldes rodesianos. Isto não nos deve todavia levar a subestimar a resiliência dos laços que continuavam a unir os dois aliados. A participação de Portugal na NATO era ainda bastante valorizada do ponto de vista estratégico, sobretudo pelas facilidades que o regime de Salazar oferecia às potências ocidentais no arquipélago dos Açores. Também a pertença à EFTA, a associação dinamizada pelo Reino Unido para servir de contrapeso à CEE, no início da década de 1960, era vista com bons olhos pelos governos britânicos, pelo menos enquanto não definiam a sua posição perante o Mercado Comum. A tudo isto poderíamos ainda juntar o peso dos investimentos britânicos em Portugal e nos seus domínios ultramarinos e o montante não despidendo

¹¹ Sobre este ponto em particular, cf. Oliveira, Pedro Aires: *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa, Tinta da China, 2007, p. 551, nota 73.

¹² Para este tema, cf. Oliveira, Pedro Aires, *ob. cit.*

das trocas comerciais entre os dois países. A manutenção destes laços era zelada por um pequeno mais activo lobby pró-Estado Novo em Londres, suportado por várias empresas luso-britânicas e pelo governo português. Esse grupo de pressão, que tinha na Anglo-Portuguese Society a sua expressão orgânica, dispunha de um acesso relativamente fácil às instâncias do poder político e económico, contava com a simpatia da imprensa mais conservadora (sobretudo o *Daily Telegraph* e alguns jornais católicos), e o apoio vocal de um pequeno núcleo de deputados Tory. Após 1961, o MNE passou inclusivamente a pagar os serviços de uma empresa de relações públicas gerida por um ex-jornalista ligado ao Partido Conservador, Toby O'Brien (que representava também os interesses da Espanha franquista), a qual, além de actuar nos meios jornalísticos, se encarregava de organizar “viagens de estudo” de deputados e outras personalidades britânicas a Portugal e aos seus territórios africanos.¹³

A força deste grupo de pressão, e a atitude vigilante da embaixada portuguesa, impunham algum respeito aos portugueses anti-salazaristas radicados no Reino Unido. À chegada, muitos deles não possuíam qualquer experiência prévia de viver num Estado de Direito, pelo que o receio de que a PIDE pudesse estender os seus tentáculos às ilhas britânicas era bem real.¹⁴ De resto, vários testemunhos sugerem que, através de diversos meios, as autoridades portuguesas tinham maneira de seguir os movimentos de alguns oposicionistas, sem correrem o risco de invadir o domínio soberano do Estado britânico (desde logo, graças à acção da rede diplomática e consular)¹⁵, ou de solicitarem a cooperação das suas forças policiais e serviços de *intelligence*. Muitos anos depois do 25 de Abril, ao consultar o seu processo individual nos arquivos da PIDE/DGS, o jornalista, e conhecido opositor antifascista, António de Figueiredo, foi surpreendido por um relatório circunstanciado das suas actividades em Londres. Tratava-se, na verdade, de um memorando elaborado por um funcionário da firma de relações públicas O'Brien, que, fazendo-se passar por um jornalista interessado na figura de Humberto Delgado, logrou obter uma série de informações valiosas acerca da actuação e dos relacionamentos de Figueiredo durante uma visita à sua residência, (informações essas que depois fizeram o seu caminho até à PIDE).¹⁶

¹³ Sobre estes aspectos do relacionamento luso-britânico, cf. Oliveira, Pedro Aires, ob. cit., e Duarte, Marta e Oliveira, Pedro Aires: As eleições portuguesas: um olhar inglês”. In Delgado, Iva ; Faria, Telmo; Pacheco, Carlos (coords.): *Humberto Delgado: As Eleições de 58*. Lisboa, Vega, 1998. p. 391-426

¹⁴ Um receio idêntico era igualmente sentido pelos exilados e emigrantes portugueses em França. Cf. Pereira, Victor: Emigrés surveillés. La Pide et les Portugais en France. *Latitudes*, 21, Setembro 2004, pp. 3-12.

¹⁵ Alguns dos testemunhos que recolhemos para este trabalho mencionam também as suspeitas que existiam da parte dos oposicionistas no Reino Unido quanto à possibilidade dos leitores de Português em universidades britânicas, ligados ao Instituto para a Alta Cultura, informarem o MNE acerca das suas actividades.

¹⁶ Cf. Figueiredo, António: Who Spied on Me?, *New African*, Janeiro, 2006, nº 447, p. 40

A coberto da imunidade diplomática, os adidos militares (aeronáutico e naval) da embaixada gozavam também de alguma liberdade de actuação em solo britânico. Manifestações, convívios e reuniões políticas de portugueses anti-salazaristas, ou de elementos ligados aos movimentos de libertação, eram regularmente vigiadas por esses funcionários, e devidamente reportadas ao Ministério do Interior e à PIDE em Lisboa, via MNE. Aquando da visita de Marcelo Caetano a Londres, em 1973, chegou inclusivamente a verificar-se alguma cooperação entre o Special Branch da Scotland Yard e a PIDE/DGS, com o intuito de garantir as condições mínimas de segurança para o primeiro-ministro português. Para além de terem tido as suas comunicações telefónicas vigiadas, alguns oposicionistas mais conhecidos foram nessa altura visitados por elementos da Scotland Yard, e sujeitos a um interrogatório mais brusco, mas a documentação por nós consultada não nos permite concluir pela existência de uma cooperação regular entre as forças policiais dos dois países tendo em vista a vigilância dos oposicionistas portugueses radicados nas ilhas britânicas.¹⁷

Democratas em Inglaterra

Antes de nos debruçarmos sobre as condições em que os oposicionistas portugueses desenvolviam as suas actividades no Reino Unido, tentemos primeiro proceder à sua caracterização, ainda que num registo necessariamente impressionista.

Predominantemente concentrada em Londres, tratava-se de uma comunidade jovem, instruída e com meios de subsistência relativamente precários. Entre os mais velhos, pessoas nascidas na década de 1930, contavam-se alguns indivíduos com qualificações superiores que, de uma forma ou outra, haviam sido prejudicados profissionalmente em Portugal pelas suas convicções anti-salazaristas (é o caso, nomeadamente, de vários médicos com ligações à oposição republicana e comunista, impedidos de exercer a sua actividade em hospitais civis por “más informações” na PIDE), e que procuravam refazer a sua vida numa sociedade pluralista da Europa ocidental. Entre os mais jovens, predominavam os estudantes universitários com algum grau de consciência política, muitos deles refractários ao serviço militar, um pequeno núcleo de artistas plásticos que se dividiam entre os estudos e a criação, e,

¹⁷ Sobre este episódio, cf. Miranda, Sacuntala de: *Memórias de um Peão nos Combates pela Liberdade*. Lisboa, Edições Salamandra, 2003, pp. 179-180. No Arquivo da PIDE/DGS é possível encontrar um memorando de 6 páginas do Special Branch da Scotland Yard, de 22 de Maio de 1973, relativo à organização da campanha de repúdio pela visita de Marcelo Caetano, assinado por um sargento A. Thomson. A informação nele contida sobre os indivíduos e grupos envolvidos na campanha dinamizada pelo Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guine era, todavia, relativamente inócua (e de obtenção fácil). ANTT/PIDE-DGS. SC CI (2) Nº Processo 10971. UI 7610.

por fim, um grupo de pessoas sem ocupação muito definida mas com vincadas preocupações culturais e alguma consciência política. Sendo muitos deles oriundos do universo restrito das famílias anti-salazaristas em Portugal, partilhavam valores e referências culturais comuns, experiências de vida semelhantes (frequência dos liceus de Porto e Lisboa, militância no MUD-Juvenil, envolvimento na candidatura de Humberto Delgado, participação no movimento estudantil universitário). A influência da cultura política dos comunistas e dos movimentos unitários da oposição nascidos no final da II Guerra Mundial era notória, mas apenas um ou outro possuía um vínculo formal ao PCP. O “progressismo” de esquerda e o antifascismo seriam, em suma, os denominadores ideológicos comuns, havendo depois uma ampla gama de matizes dentro da paleta de referências da esquerda ocidental (estávamos, afinal de conta, na década do cisma sino-soviético e da emergência da chamada “Nova Esquerda”).

Como já referimos, foram as condições políticas em Portugal, nos finais da década de 1950, que motivaram a fixação de alguns elementos mais politizados no Reino Unido (como António de Figueiredo, por exemplo), os quais estariam por detrás da primeira iniciativa de cariz abertamente anti-salazarista em terras de Sua Majestade, a saber, a organização da visita do general Humberto Delgado, então exilado no Brasil, a Londres, em Novembro de 1959. Graças à extensa cobertura que a imprensa europeia havia dedicado às presidenciais portuguesas de 1958, Delgado tinha-se tornado uma figura bem conhecida da opinião pública britânica. Não tendo ainda enveredado pelas acções mais espectaculares que, nos anos seguintes, lhe haveriam de trazer uma notoriedade acrescida, beneficiou de uma atitude relativamente amistosa por parte do governo de Macmillan, que chegou inclusive a fazer-se representar no aeroporto através de um elemento do Ministério da Aviação Civil. Para além de uma muito concorrida conferência de imprensa em Heathrow, recepções na Câmara dos Comuns (por dirigentes dos três partidos com representação parlamentar), encontros com os oficiais envolvidos nas negociações do Acordo dos Açores de 1943, Delgado teve o ensejo de publicar um artigo na *New Statesman* (a revista semanal de maior circulação à época) e de conceder várias entrevistas à televisão, rádio e jornais de grande circulação, nas quais fustigou o regime de Salazar no seu estilo directo e mordaz.¹⁸ Apesar das relações amistosas com o governo do Reino Unido, o Estado Novo viu-se impotente para reduzir o impacto da visita. Enquanto o Foreign Office tentava desdramatizar o efeito das declarações de Delgado, o *The Times* fazia um ponto de ordem: “É uma antiga tradição da vida

¹⁸ Sobre esta visita, cf. Rosa, Frederico Delgado: *Humberto Delgado. Biografia do General Sem Medo*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, pp. 821-828.

pública britânica, quase tão antiga como a amizade com Portugal, que os exilados políticos possam vir ao nosso país expor os seus pontos de vista”.¹⁹

O êxito da iniciativa foi, provavelmente, o tónico que alguns expatriados portugueses necessitavam para estabelecerem um contacto mais regular entre si. Desde finais dos anos 50 eram já perceptíveis os sinais de uma maior consciência entre certos sectores da opinião britânica relativamente à “excentricidade” do regime salazarista numa Europa marcada pela restauração da democracia, políticas de bem-estar, crescente interdependência económica e, não menos importante, pelos primeiros passos no sentido da descolonização. Alguns julgamentos políticos, como o do Professor Ruy Luís Gomes em 1957, haviam sido acompanhados por juristas britânicos (e devidamente reportados na imprensa mais liberal)²⁰, e órgãos como a *New Statesman* exibiam o apetite por artigos e reportagens marcadamente hostis ao Estado Novo, o que era uma forma de questionar as contradições do consenso atlantista que prevalecia nos dois maiores partidos britânicos desde o início da Guerra Fria.²¹ Em suma, a “lenda da paternalidade da ditadura de Salazar”²² começava a ser posta em xeque em terras de Sua Majestade.

Em data indeterminada (algures entre 1959 e 1960), surgiu então o Grupo de Portugueses Democratas em Inglaterra, que na sua fase de arranque congregava pessoas como o radiologista José Veiga Pires, o físico Pedro Martins, o médico Carlos Plácido de Sousa, representante oficial do PCP em Londres (e um dos participantes na fuga de Álvaro Cunhal da prisão de Peniche em 1960), o jornalista e tradutor António (“Tony”) Nogueira Santos, e vários membros da família Miranda, de ascendência goesa. A eles se juntariam depois outros elementos, mais jovens, entre os quais se contavam os nomes de João Monjardino, João Cutileiro, Hélder Veiga Pires, Luís de Sousa Rebelo, Helder Macedo, Bartolomeu Cid dos Santos, Leonor Matos, Rui Pimentel, António de Figueiredo, Natália Dias Coelho, e Mário Dias Borges.²³

Constituído numa base de grande informalidade, reunindo-se em casas particulares (sobretudo as de Veiga Pires e Tony Santos, de localização mais “central”

¹⁹ *Idem*, p. 825.

²⁰ Vejam-se, por exemplo, os artigos de Gerald Gardiner (depois ministro da Justiça do primeiro governo de Harold Wilson): “Portuguese Dictatorship. I— Basic Liberties Abolished” e “Portuguese Dictatorship —The Political Police”, *Manchester Guardian* de 18 e 19 de Outubro de 1957.

²¹ Cf. o artigo “Fascism in the Name of Jesus”, no *New Statesman & Nation*, assinado pelo director da publicação Kingsley Martin. Tanto Gardiner como Kingsley Martin foram encorajados a visitar Portugal por António Nogueira Santos e Patrícia McGowan Pinheiro. Entrevista de Nogueira Santos ao autor, 14 de Outubro de 2009. Cf. Pinheiro, Patrícia MacGowan: *Misérias do Exílio. Os últimos anos de Humberto Delgado*. Lisboa, Contra-Regra, 1998, p. 24

²² Delgado, Humberto: *A Tirania Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p. 87

²³ Sobre a constituição do GPDI, Cf. Miranda, Sacuntala de, *ob. cit.*, pp. 122-128.

na imensa metrópole que é Londres), o GPDI manteve alguma coesão e capacidade de iniciativa entre 1961 e 1963, grosso modo. A isso não foi alheia a extraordinária sucessão de acontecimentos que no ano de 1961 colocaram o regime salazarista na primeira linha da actualidade internacional, criando a ilusão em muitos de que o seu fim poderia estar para breve. O primeiro desses eventos foi, como é sabido, o desvio do paquete *Santa Maria*, em Janeiro, por um comando revolucionário liderado por Henrique Galvão, actuando às ordens de Humberto Delgado. Pela sua originalidade e audácia —o primeiro acto de pirataria em alto mar com fins políticos—, a iniciativa de Galvão mobilizou a atenção dos media britânicos (e mundiais) e foi inclusivamente discutido na Câmara dos Comuns, onde vários deputados trabalhistas interpelaram o governo de Macmillan para saber se este iria ordenar à Royal Navy que fosse no encaço dos “piratas”, como era desejo das autoridades portuguesas. Foi neste contexto que vários dos oposicionistas portugueses em Londres intervieram, no sentido de esclarecer a opinião pública da finalidade essencialmente política, não-criminosa, do desvio do paquete, e da natureza repressiva do regime. Durante vários dias, os membros do GPDI entregaram-se à redacção e difusão de vários comunicados, e desdobraram-se em contactos com as redacções de vários jornais e deputados de partidos da oposição. Alguns foram mesmo entrevistados para tablóides de grande circulação, televisões e rádios internacionais.²⁴ A avaliar pela conduta cautelosa do Governo de Macmillan, que a pretexto de dificuldades técnicas cancelou a vigilância da fragata *Rothsary* ao navio português, os seus intentos foram largamente conseguidos. Durante vários dias, não só diversas facetas da ditadura portuguesa foram esquadrihadas pela imprensa britânica, como Henrique Galvão, o homem que o regime procurava apresentar como um perigoso terrorista, ou até como um criminoso de delito comum, adquiriu uma aura de revolucionário romântico na imprensa mais liberal.²⁵

À boleia da questão colonial

Escassas semanas volvidas, Portugal voltaria à ribalta mundial, desta feita por causa da eclosão de vários incidentes em Luanda (assalto às cadeias e

²⁴ Sobre a mobilização do GPDI em torno deste caso, cf. Miranda, Sacuntala de, *ob. cit.* A cobertura da BBC ao episódio motivou um protesto formal do embaixador Abranches Pinto, que num ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros se queixava amargamente dos danos infligidos à imagem do regime por um programa (“Spotlight”) visto por “milhões de pessoas”. E acrescentava: “As minhas informações são no sentido de que na BBC, um grupo de indivíduos, não pertencentes ao escalão superior do pessoal mas ao médio, desfruta da independência suficiente para conduzir uma verdadeira campanha organizada destinada a destruir o prestígio de Portugal”. Ofício da embaixada de Portugal em Londres, 3 de Fevereiro de 1961. AHD do MNE, 2º P, A 1, M 502.

²⁵ As reportagens e editoriais favoráveis a Galvão surgiram sobretudo em publicações como o *Daily Herald*, *Guardian* e *Observer* e *New Statesman*, mas o próprio *Times* acabaria por se demarcar da linha mais pró-Salazar assumida por jornais como o *Daily Telegraph*, num editorial intitulado “Pirates – or What?” (25 de Janeiro de 1961).

confrontos raciais nos muceques), primeiro, e depois, no Norte de Angola, com um ataque aos fazendeiros brancos (e seus empregados africanos) por elementos da UPA, imediatamente seguido de violentas represálias por parte de milícias de colonos e corpos de segurança portugueses. Dada a presença de várias missões britânicas numa das regiões sublevadas, o distrito do Congo, os acontecimentos adquiriam uma enorme notoriedade nos *media* e no parlamento, em boa medida graças a uma campanha desenvolvida por alguns pastores ligados à Sociedade Missionária Baptista²⁶. De resto, nem seria preciso muito para que a questão angolana se tornasse tema de primeiro plano no noticiário internacional. Os problemas relacionados com a crise e o desmantelamento dos impérios estavam na ordem do dia e, em virtude da transição caótica do antigo Congo belga para a independência, tinham-se começado a entrelaçar com os antagonismos da Guerra Fria. No início de 1960, o primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan, anunciara que os “ventos da mudança”, os ventos do nacionalismo africano, eram imparáveis, e toda uma série de acontecimentos ocorridos nos meses seguintes, desde o massacre de Sharpeville ao surto de independências na África francesa, pareciam dar-lhe razão.

Na década de 1950, a questão colonial portuguesa ganhara alguma saliência no Reino Unido em virtude da disputa luso-indiana em torno de Goa, a qual, indirectamente, envolvia o governo britânico, por via dos seus tratados de aliança com Portugal. Em 1955, um ano depois dos acontecimentos que levaram à ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, um grupo de parlamentares britânicos criara um comité (“Goa Committee”) para acompanhar a situação, e regularmente eram feitas interpelações ao governo sobre a validade das garantias oferecidas a Portugal no que dizia respeito à defesa dos seus territórios ultramarinos.

Em Londres funcionava também a Goa League, dinamizada pelo jurista goês João Caracciolo Cabral, que actuava igualmente como representante do MPLA na capital britânica. Apesar de ter deixado um rasto difícil de reconstituir, tudo aponta para que essa organização tenha actuado como uma fonte de contra-propaganda às versões do regime português da disputa em torno de Goa, operando ainda como plataforma de encontro entre os exilados portugueses e os representantes dos recém-formados movimentos de libertação, em trânsito pela capital britânica. Em finais de 1960, os elementos anti-salazaristas receberam um importante apoio por via do estabelecimento do Committee for Freedom in Portugal and Colonies, um grupo informal de deputados trabalhistas e liberais, onde pontificavam figuras

²⁶ Sobre esta campanha, cf. Addicott, Len, *Cry Angola!*. Londres, SCM Press, 1962 e Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos...*, pp. 242-258. Ver também Stone, Glyn: Britain and the Angolan Revolt of 1961. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 27, 1, Janeiro 1999. p. 111-137.

como Tony Benn e Fenner Brockway, que, numa cave da Câmara dos Comuns, passou a organizar reuniões com alguma regularidade, para as quais eram convidados alguns exilados portugueses. Londres constituía então uma importante escala para as missões diplomáticas dos movimentos de libertação, que sabiam poder contar com o acolhimento de organismos como o Movement for Colonial Freedom, a Union for Democratic Control, o Anti-Apartheid Movement e outros grupos anti-imperialistas²⁷. Sob o pseudónimo de Abel Djassi, Amílcar Cabral efectuou uma estadia de algumas semanas na capital britânica no início de 1960, bem ciente da importância de fazer chegar a sua mensagem ao mundo de língua inglesa. Em parceria com Basil Davidson, um jornalista free-lance que se havia tornado um reconhecido perito em questões africanas no Reino Unido, em especial nos meios da esquerda próxima do Labour, garantiu a edição de uma pequena brochura, *Facts About Portuguese Colonialism*, que beneficiou de uma larga difusão entre os meios jornalísticos britânicos. Em finais daquele ano, Londres foi igualmente palco de um acontecimento altamente simbólico: a realização de uma conferência de imprensa conjunta de representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Essa conferência teve lugar na Câmara dos Comuns, a convite de James Callaghan, então porta-voz oficial dos Trabalhistas para as questões coloniais, e contou com intervenções de figuras como Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, dois elementos bem relacionados com os meios intelectuais europeus favoráveis à causa da emancipação dos povos coloniais.²⁸ Poucos dias depois, recorde-se, teria lugar em Nova Iorque a aprovação, pela Assembleia-Geral, de um conjunto de resoluções que exortavam as potências coloniais europeias a acelerarem o processo de concessão da independência aos povos sob o seu domínio, sendo Portugal um dos países directamente visados em alguns desses documentos.

Tanto quanto nos é dado perceber, o GPDI estava em perfeita sintonia com as reivindicações dos movimentos de libertação “modernistas” (i.e., de orientação socialista e com afinidades antigas com elementos da esquerda portuguesa) que se haviam constituído em finais da década de 1950 e inícios da seguinte²⁹. Alguns dos seus membros, como António (“Tony”) Nogueira Santos, tinham travado conhecimento com nacionalistas angolanos em finais dos anos de 1940, ora nos meios

²⁷ Sobre a tradição anti-imperialista da esquerda britânica, cf. Howe, Stephen: *Anticolonialism in British Politics. The Left and the End of Empire, 1918-1964*. Oxford, Clarendon Press, 1993.

²⁸ Sobre a estadia de Cabral no Reino Unido em 1960, cf. Tomás, António: *O Fazedor de Utopias. Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa, Tinta da China, 2008. Sobre a conferência dos nacionalistas africanos na Câmara dos Comuns em Dezembro de 1960, cf. Lara, Lúcio: *Documentos e Comentários para a História do MPLA. Até Fev. 1961*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 566-570

²⁹ Para uma boa definição do perfil ideológico e recorte sociológico e étnico dos movimentos independentistas da África lusófona, cf. o contributo de Patrick Chabal na obra colectiva que ele próprio coordenou: *A History of Post-colonial Lusophone Africa*. Londres, Hurst & Company, 2001, pp. 3-16.

estudantis ora em organismos como o MUD-Juvenil, e quando representantes do MPLA visitavam Londres era frequente pernoitarem nos apartamentos de exilados portugueses e seus familiares. Significativamente, quando em Outubro de 1960, no Brasil, Delgado tentara fazer os seus seguidores aceitarem um “Plano Colonial da Oposição”, de contornos federalistas e linguagem paternalista e eurocêntrica, deparou-se com uma reacção negativa por parte de um sector mais jovem, sendo um deles o seu representante oficial em Londres, o jornalista António de Figueiredo³⁰.

A questão angolana deverá ter sido percebida pelos opositores a Salazar no Reino Unido como uma oportunidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça. Uma oportunidade por permitir sustentar o interesse do público por um regime já fragilizado pelo episódio do *Santa Maria* e, simultaneamente, desautorizar a retórica colonial do salazarismo, baseada nas virtualidades do sistema de assimilação e na alegada ausência de discriminação racial dos portugueses. Uma ameaça por poder influenciar negativamente as percepções da opinião mais moderada, em virtude do impacto emocional resultante das imagens alusivas aos massacres dos colonos brancos. A isto acrescia também alguma apreensão pelo protagonismo adquirido pelo movimento independentista “errado”, a UPA de Holden Roberto, vista pelos exilados portugueses com uma formação tribalista e suspeita de beneficiar do apoio da administração norte-americana.

Assim, em paralelo aos dois comícios promovidos pelo Committee for Freedom in Portugal and Colonies em Trafalgar Square e Westminster Central Hall, nos quais tomaram a palavra Sacuntala de Miranda, do GPDI, e o reverendo Clifford Parsons, missionário baptista simpatizante da UPA, a Goa League teve o cuidado de organizar uma conferência de imprensa à parte, na Câmara dos Comuns, para a qual foram convidados alguns dirigentes do MPLA e figuras do emergente movimento nacionalista moçambicano, como Marcelino dos Santos, para contrabalançar a notoriedade alcançada pelos simpatizantes de Holden Roberto no Reino Unido.³¹

Outra faceta que importa sublinhar neste contexto é a actividade editorial/literária de alguns dos exilados portugueses, e de como ela terá contribuído para influenciar a forma como a questão colonial portuguesa era seguida nos meios intelectuais britânicos. Em Fevereiro de 1961, com o contributo financeiro do PCP e de alguns apoiantes avulso (sob a forma de assinaturas)³², o GDPI, em colaboração

³⁰ Sobre este plano, cf. Delgado, Iva e Figueiredo, António (coord.): *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 188-191; sobre as reacções que ele suscitou junto dos seguidores de Delgado, cf. Sertório, Manuel, *ob. cit.*, p. 37.

³¹ Cf. Miranda, Sacuntala de, *ob. cit.*, pp. 128-129.

³² Entrevista telefónica de Carlos Plácido de Sousa com o autor, 21 de Março de 2010.

com a Goa League, iniciou a publicação da revista mensal *Portuguese and Colonial Bulletin*, que se apresentava assim aos seus leitores:

“The Bulletin, which is produced in Britain by anti-fascists from Portugal and Portuguese Colonies, will bear witness to the resistance of Europeans, Africans and Asians under Salazar’s rule to a regime that oppresses them all. The Portuguese and Colonial Bulletin is intended to provide facts and documents about the real state of affairs in Portugal and her colonies, so long concealed from the world by Salazar’s censorship”.³³

Combinando uma vertente mais factual e erudita (muitos dos artigos eram suportados por copiosos dados estatísticos e notas de rodapé) com análises e textos de opinião ideologicamente orientados (muito em linha com as análises do “imperialismo” herdeiras das abordagens de Hobson e Lenine), o *PCB* foi o ponto de encontro de vários oposicionistas no exílio, cientes da necessidade de oferecerem um contraponto efectivo às brochuras do SNI e suplementos de jornais patrocinados pelo Governo português. Muitas das suas colaborações eram assinadas sob pseudónimo, mas vários testemunhos desse período creditam a Carlos Plácido de Sousa um papel proeminente na feitura do periódico. Em 1963, por razões de vária ordem (alguns testemunhos aludem a um choque de visões acerca da estratégia mais eficaz para derrubar a ditadura de Salazar, outros a uma divergência quanto às vantagens de cooperar estreitamente com organizações como a Amnistia Internacional), teve lugar uma cisão no seio da redacção, da qual resultou o abandono da maioria dos colaboradores. Daí em diante, Plácido de Sousa, com um núcleo mais restrito (formado por Luís de Sousa Rebelo, Helder Macedo, ambos docentes no King’s College, em Londres, e um terceiro elemento, que preferiu sempre manter o anonimato), asseguraria a publicação do boletim até 1974, embora numa base menos regular.³⁴

Ainda em 1961, dois importantes livros sobre Portugal, o seu regime e o seu império, seriam dados à estampa no Reino Unido, ambos da autoria de oposicionistas. *The Oldest Ally: a Portrait of Portugal’s Salazar* (publicado por Denis Dobson), assinado por Peter Fryer, um jornalista que rompera com o Partido Comunista Britânico em 1956, na sequência da sua cobertura da revolta húngara, e a tradutora anglo-portuguesa Patrícia MacGowan Pinheiro. Escrito na melhor tradição da reportagem política e do livro de viagens, *The Oldest Ally* usava o tema da velha aliança entre os dois países para dissecar os aspectos mais repressivos e retrógrados

³³ *Portuguese and Colonial Bulletin*, nº 1, Fevereiro de 1961. Existe colecção completa da publicação no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra.

³⁴ Depoimento de Helder Macedo ao autor (via e-mail), 10 de Janeiro de 2010.

do salazarismo, que permaneciam largamente desconhecidos da opinião pública britânica. Por detrás da fachada pitoresca do país, do aspecto ordenado e limpo das suas cidades e monumentos, Fryer e Pinheiro alertavam os leitores para a ilusão que as primeiras impressões, ou a propaganda do SNI, poderiam criar no visitante mais desprevenido. As profundas desigualdades sociais, a miséria rural, a insalubridade dos bairros operários das cidades, os baixos níveis de literacia da população, eram postas em evidência num registo em que a observação *in loco* se combinava com um registo mais sociológico, devidamente apoiado em tabelas estatísticas que comprovavam o notório atraso português em relação aos restantes países da Europa Ocidental. Não por acaso, a emissão de uma reportagem de 50 minutos no programa *Panorama*, uma das rubricas mais prestigiadas do serviço televisivo da BBC, em Fevereiro de 1961, focaria abundantemente estes aspectos mais esqueléticos da sociedade portuguesa denunciados por Fryer e Pinheiro, para grande irritação do embaixador português em Londres, Abranches Pinto.

Portugal and its Empire: the Truth, da autoria de António de Figueiredo, conheceu a sua publicação igualmente no final do primeiro semestre de 1961, com a chancela da Victor Gollancz, uma prestigiada editora com fortes ligações aos meios socialistas e comunistas britânicos. De certa forma, o livro complementava bem o volume de Fryer e Pinheiro, que apenas dedicavam um capítulo ao problema colonial português, o tema forte da obra de Figueiredo. De resto, ambos partilhavam várias características: eram apaixonadamente anti-salazaristas e combinavam o registo analítico com impressões pessoais. Sem a elegância e o cuidado literário de *Oldest Ally* (Figueiredo era um auto-didacta que aprendera inglês em Moçambique e vivia em Londres há apenas dois anos), *Portugal and its Empire* tinha no entanto o mérito de transmitir a visão pessoal de alguém que, tendo conhecido de perto o funcionamento do sistema colonial português, estava particularmente bem equipado para denunciar as suas iniquidades e contradições. Por coincidência, ou não, tanto o estilo autobiográfico da introdução, como algumas das proposições avançadas por Figueiredo acerca da necessidade de Portugal se render à inevitabilidade da descolonização e reorientar a sua “missão civilizacional” para os sectores mais desfavorecidos da população metropolitana, pareciam ecoar os argumentos anti-imperialistas avançados por George Orwell em *The Road to Wigan Pier* (1937), editado, precisamente, por Gollancz.

Patrícia MacGowan Pinheiro e António de Figueiredo encontrar-se-iam em 1962 numa obra colectiva editada pelo Institute for Race Relations³⁵, um *think tank* nascido a partir de Chatham House, que nesse mesmo ano promovera um simpósio

³⁵ Pinheiro, Patrícia MacGowan (ed.): *Angola: a Symposium. Views of a Revolt*. Oxford, Oxford UP, 1962.

para debater as origens e as perspectivas de resolução do conflito angolano. Fiel ao princípio de oferecer ao público os dois lados da questão, o IRR convocara uma série de oradores para esse efeito, mas, significativamente, o prefaciador do volume, e director do Instituto, Philip Mason, confessava ter encontrado muito maior dificuldade em reunir colaborações que assumissem um ponto de vista favorável ao regime português, do que o contrário. Com efeito, os anos de 1961-62 serão críticos nas mudanças das percepções da opinião pública no Reino Unido relativamente ao regime português. Intelectuais com ligações a Portugal que até então não haviam marcado devidamente as suas distâncias face a Salazar, faziam-no agora³⁶. Estar de alguma maneira associado à ditadura e ao regime colonial de Lisboa tornara-se melindroso para quem quisesse preservar a sua reputação à luz de uma certa respeitabilidade liberal. Para além das retaliações em Angola, e da sua recusa obstinada em acertar uma solução negociada para o destino de Goa (invadida em Dezembro de 1961 por tropas da União Indiana), o governo de Salazar começava entretanto a ser mais directamente escrutinado no que concerne à situação dos direitos humanos e ao funcionamento do seu sistema de justiça política.

Com efeito, o ano de 1961 assistiria igualmente ao nascimento da Amnistia Internacional, que em poucos anos se tornaria a mais influente organização transnacional empenhada na defesa dos direitos humanos³⁷. Para além da famosa componente portuguesa do “mito fundador” da Amnistia (a “epifania” de Benenson depois de ler num jornal que dois estudantes haviam sido presos em Lisboa por brindarem à liberdade num restaurante), para o propósito deste artigo interessa sobretudo destacar o tipo de relacionamento que desde muito cedo se estabeleceu entre os oposicionistas portugueses no Reino Unido e a organização fundada por Peter Benenson.³⁸ De facto, para lá do fornecimento de informação relativa a Agostinho Neto, o líder do MPLA preso em Cabo Verde desde 1960, e adoptado como um dos primeiros “prisioneiros de consciência” pela AI, a comunidade portuguesa actuou como intermediária entre amigos e familiares de indivíduos encarcerados

³⁶ Um dos casos mais conhecidos foi o do conceituado historiador, e especialista em História da Expansão portuguesa, Charles Boxer, detentor da Cátedra Camões, no King's College, Londres. Sobre a sua trajectória de distanciamento relativamente ao Estado Novo, cf. Ramos, Rui, A erudição lusitanista perante a guerra (c. 1960 – c. 1970): algumas observações sobre a polémica entre Chrales Boxer e Armando Cortesão. In Coelho, Teresa Pinto (coord): *Os Descobrimientos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa 1880-1972*. Lisboa, Colibri, 2006. p. 189-218.

³⁷ Para um balanço dos primeiros 50 anos de vida da Amnistia Internacional, cf. Power, Jonathan: *Like Water on Stone. The Story of Amnesty International*. London, Penguin Books, 2002, e para uma discussão acerca do seu impacto na emergência de um regime internacional de “direitos humanos”, cf. Clark, Anne Marie: *Diplomacy of Conscience. Amnesty International and Changing Human Rights Norms*, Princeton, Princeton UP, 2001.

³⁸ Sobre o “mito fundador” da AI (e as razões pelas quais essa expressão pode ser usada), cf. Buchan, Tom: “The truth will set you free”: the making of Amnesty International”. *Journal of Contemporary History*, 37 (4), Outubro de 2002, p. 576-577. Acerca das relações entre a AI e Portugal, ver também “Amnesty International and Portugal: a Long Relationship” in <http://asiapacific.amnesty.org/library/Index/ENGORG500201999?open&of=ENG-PRT>

pelo Estado Novo e os departamentos e delegações da Amnistia incumbidos de levar a cabo investigações sobre as circunstâncias da sua detenção e eventual lançamento de campanhas em prol da sua libertação. O facto de a Amnistia ter elegido a ditadura portuguesa como um dos regimes a seguir com atenção é significativo. O seu fundador, um jurista católico sem militância partidária conhecida, dificilmente poderia ser acusado de possuir uma agenda anti-salazarista oculta, e, na polarizada atmosfera da Guerra Fria, a AI observou sempre grande ponderação na selecção dos seus “prisioneiros de consciência” – não poderia haver um predomínio de vítimas oriundas de ditaduras enfeudadas a um dos lados da Cortina de Ferro, por exemplo, e indivíduos que advogassem ou usassem de meios violentos para alcançar os seus intentos não poderiam ser apoiados. Este último critério, acabaria por estar na origem de várias discussões no seio da AI, nomeadamente quando se colocou a questão de saber se o líder do ANC, Nelson Mandela, que em 1964 assumira abertamente a legitimidade de empreender acções armadas contra o regime do apartheid, deveria continuar a ser tratado como um “prisioneiro de consciência” (após um aceso debate interno, a AI decidiu retirar-lhe esse estatuto)³⁹. A preocupação da organização com a sua reputação de imparcialidade e lealdade aos princípios da não-violência, veio igualmente a provocar alguns desentendimentos com anti-salazaristas portugueses, que se viam obrigados a explicar aos responsáveis da AI que as alegações do governo português a respeito dos seus opositores não podiam ser aceites pelo seu valor facial.⁴⁰ Um ponto que parece ter encontrado algum eco na direcção da AI, uma vez que vários militantes do PCP (Carlos Brito, Pedro Vieira de Almeida), ou implicados em tentativas golpistas, como o activista católico Manuel Serra, seriam efectivamente adoptados pela ONG britânica.

Um caso especialmente relevante no relacionamento da AI com Portugal e os opositores a Salazar no Reino Unido foi o de Julieta Gandra, uma médica ginecologista detida em Angola em 1959, sob a acusação de “conspirar contra a segurança externa do Estado”, designada “prisioneira de consciência do ano” em 1964, numa cerimónia realizada no Dia dos Direitos do Homem, na catedral de São Paulo, em Londres. A escolha de Gandra pela AI foi justificada pela necessidade de alertar a opinião pública para a circunstância de também no “Mundo Livre” se verificarem graves situações de privação dos direitos humanos, “porque nenhum outro país ocidental desfigura a face da liberdade tanto quanto Portugal”.⁴¹ António de Figueiredo receberia depois a tradicional placa de homenagem da Amnistia, com

³⁹ Cf. Clark, Anne Marie, *ob. cit.*, p. 14.

⁴⁰ Entrevista a João Monjardino, 4 de Agosto de 2009.

⁴¹ Ver texto de Diana Andringa, “Julieta Gandra – Conspiradora de Esperança”, 4 de Junho de 2007, in <http://ai-nucleoalmada.blogspot.com/2007/06/julieta-gandra-conspiradora-de-esperana.html>

a vela acesa rodeada de arame farpado, das mãos de Yehudi Menuhin, uma das personalidades que aceitara patrocinar a organização. Um ano mais tarde, Julieta Gandra seria libertada da prisão de Caxias, acontecimento que reforçou a ideia de que o regime salazarista não seria insensível a campanhas centradas em questões relativamente às quais a opinião pública europeia ocidental reagia agora com mais sensibilidade.⁴²

Campanhas paralelas às da AI foram igualmente conduzidas por núcleos de exilados no Reino Unido, nomeadamente a *British Committee for Portuguese Amnesty* (descrita por António de Figueiredo como “um dos muitos pseudónimos do PC”⁴³), uma ramificação da *West European Conference for Amnesty for Portuguese Prisoners and Exiles*, formada em 1962, com comités em França e Itália, e à qual se associaram personalidades da vida cultural e universitária britânica, como Doris Lessing, J. D. Bernal, Basil Davidson, Julian Huxley, Henry Moore, e os deputados trabalhistas Tom Driberg e Judith Hart, entre outros. No rescaldo da crise académica de 1962, e das vagas de prisões que desde então não mais deixariam de visar os meios estudantis portugueses, surgiria também uma Comissão Pró-Associação dos Estudantes Portugueses na Grã-Bretanha (ou *Portuguese Students Support Committee*), dinamizada, entre outros, por Álvaro Miranda, Hélder Veiga Pires, José Laranjo, José Pinto Nogueira e Mário Dias Borges, que manteve uma actividade regular até 1974 em prol de estudantes encarcerados em Portugal. Paralelamente, esses elementos desenvolveriam ainda contactos com outros núcleos de estudantes portugueses espalhados pela Europa, assim como com a *Coordinating Committee of Overseas Students Organization*, que representava os estudantes oriundos das antigas colónias britânicas e de países do Médio Oriente no Reino Unido, e gozava de algum apoio do PC britânico.⁴⁴

Refluxo e desânimo

Estas iniciativas, conjugadas com os sinais de contestação interna ao regime de Salazar, e os reveses internacionais somados por este em 1961, terão contribuído para alimentar ilusão de uma possível mudança política em Portugal, pelo menos até finais de 1963, mas pouco tempo depois esse relativo optimismo daria lugar

⁴² É isso que deverá explicar a decisão do governo de Salazar de convidar Lorde Russell de Liverpool para realizar uma inspecção às prisões portuguesas em meados de 1963 (sobre os antecedentes do convite, cf. “O memorial secreto de Franco Nogueira”, *Público*, 26 de Abril de 1993). O relatório de Liverpool foi alvo de críticas ferozes na imprensa mais liberal e daria origem a uma “resposta” da AI, sob a forma do relatório *Prison Conditions in Portugal: a Factual Report compiled by Amnesty International* (Setembro, 1965), elaborado por Maureen Teitelbaum, a chefe do seu departamento de investigação e alguém que mantinha um estreito contacto com os exilados portugueses.

⁴³ Delgado, Iva e Figueiredo, António (coord.), *ob. cit.*, p. 245.

⁴⁴ Entrevista a Álvaro Miranda, 14 de Março de 2010.

a um sentimento de impasse entre os exilados.⁴⁵ Manifestamente, o regime conseguiu recompor-se dos choques sofridos aquando do início da guerra em África e da perda de Goa, e a pouco e pouco ia conseguindo normalizar as suas relações com as potências da NATO que haviam mostrado reservas quanto à sensatez da sua postura de resistência à autodeterminação. Esta situação parece ter aberto uma discussão entre os exilados acerca de quais seriam as formas de luta mais eficazes a seguir. Mais do que uma clivagem ideológica, os campos ter-se-ão dividido com referência a uma perspectiva que colava a ênfase em iniciativas mais radicais (acção directa, guerrilha) como primeiro passo para sacudir a sociedade portuguesa da sua letargia; e uma perspectiva mais prudente, que atribuía maior importância à realização de um trabalho de consciencialização cultural e política, prévio a qualquer levantamento insurreccional, articulado com um esforço de conciliação de posições entre as principais correntes da oposição ao Estado Novo. Entre os adeptos desta última perspectiva talvez pudéssemos identificar as pessoas mais próximas do PCP e de Plácido de Sousa (apesar da reorientação táctica em curso no partido não ir exactamente nesse sentido), assim como António de Figueiredo, que neste ponto divergia do sempre impetuoso Humberto Delgado. Entre os primeiros, poderíamos destacar alguns elementos mais jovens e voluntaristas, impacientes com a aparente impotência a que os métodos “aguardistas” do PCP haviam reduzido a oposição portuguesa. Alguns deles irão, por volta de 1963, aderir ao Movimento de Acção Revolucionária (MAR), um agrupamento surgido no rescaldo da contestação estudantil de 1962 e que reunia um leque bastante variado de personalidades, desde antigos militantes do PCP, como António José Saraiva e Fernando Piteira Santos, a activistas da Resistência Republicana Socialista, até elementos mais jovens, muitos dos quais se haviam destacado na crise académica de 1962, como Jorge Sampaio, Manuel de Lucena, Victor Wengorovius, João Cravinho, Vasco Pulido Valente. Ligado à revista *O Tempo e o Modo* em Portugal, e com núcleos dispersos por várias capitais europeias e do Norte de África, o MAR rejeitava o alegado conformismo “rotineiro” do PCP e outras correntes oposicionistas, e acreditava nas virtualidades da luta “armada”, porventura animado com o sucesso do “castrismo” e de outros movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, como a FLN argelina. Em Inglaterra, o MAR conquistou a adesão de figuras como João Monjardino, os irmãos Álvaro e Sacuntala de Miranda, Sá Caetano, Leonor Matos e Hermínio Martins. Entusiasmo e amadorismo serão, eventualmente, as expressões que melhor descreverão as acções deste grupo, que para além de produzir os habituais manifestos anti-regime,

⁴⁵ Para a situação da oposição portuguesa na primeira metade da década de 1960, cf. Raby, D. L.: *A Resistência Anti-Fascista em Portugal (1941-1974)*. Lisboa, Salamandra, 1990.

e de uma falhada operação de agit-prop (“Operação Electra”) envolvendo um aparelho destinado a interferir com as emissões de rádio e televisão em Portugal, não se terá, nas palavras de um dos seus membros, distinguido “por acções dignas de nota”.⁴⁶

A emergência de uma frente unitária da oposição no exílio, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, sediada em Argel, acabaria por atrair alguns destes elementos mais radicalizados, como Sacuntala de Miranda e Patrícia MacGowan Pinheiro, que em 1963 rumam até à antiga colónia francesa, à semelhança de outros membros da diáspora oposicionista portuguesa, seduzidos pelas promessas de apoio do regime de Ben Bella (incluindo armamento e treino militar para uma força insurreccional). A aventura argelina não correu bem. Algumas das patologias que habitualmente minam a coesão dos grupos de exilados manifestaram-se de forma dramática pouco depois da chegada de Humberto Delgado a Argel, em Junho de 1964, quando violentas trocas de acusação viriam a terminar numa cisão e posterior isolamento do general (que alguns meses depois acabaria assassinado às mãos da PIDE, numa cilada montada em território espanhol).⁴⁷ Este não é o local para descrever essas peripécias que, num curto espaço de tempo, deitaram por terra os esforços postos em marcha desde 1962 para congregar as diversas “tribos” que compunham a diáspora anti-salazarista. Notaremos apenas que querelas deste género ocorreram também no Reino Unido (embora com muito menor gravidade), facto que acentuou o sentimento de desânimo e impotência que havia começado a reinar nas hostes oposicionistas aí radicadas.

Como atrás referimos, a aparente estabilização, tanto no plano interno como ultramarino, conseguida pelo regime de Salazar, fez regressar a “questão portuguesa” a um relativo anonimato no Reino Unido. Para todos os efeitos, Portugal era um país da NATO e os imperativos estratégicos que haviam ditado a cooptação do Estado Novo para esfera de influência norte-americana mantinham-se praticamente intactos, não obstante as divergências em torno do problema colonial português. No Reino Unido, nem mesmo o advento de um governo trabalhista, em finais de 1964, alterou este panorama, dada a fidelidade do executivo de Harold Wilson (1964-70) ao atlantismo reinante em Whitehall, a que se somava a delicadeza do

⁴⁶ Cf. Miranda, Sacuntala de. A bibliografia sobre o MAR é praticamente inexistente. Para além das memórias de Miranda, cf. os apontamentos breves de Valente, Vasco Pulido: *As Avestas*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1990, pp. 15-20, bem como a comunicação de Susana Martins, “O impacto do conflito sino-soviético na comunidade portuguesa estabelecida na Argélia”, apresentado ao Ciclo de Seminários “O cisma sino-soviético: impactos nacionais e globais”, Instituto de História Contemporânea da FCSH, 12 de Fevereiro de 2010, que constitui parte de uma investigação mais vasta da autora sobre a Frente Patriótica de Libertação Nacional.

⁴⁷ Sobre esta cisão, cf. Raby, D. L. *ob. cit.*, bem como Rosa, Frederico Delgado, *ob. cit.*, pp. 1009-1082. As patologias do exílio são bem examinadas por Shain, Yossi, *ob. cit.*

relacionamento com Portugal no complexo tabuleiro político da África meridional. Além do mais, na segunda metade da década de 60, a situação nos territórios ultramarinos portugueses tendia a ser eclipsada por conflitos de outra escala e saliência geopolítica nos noticiários internacionais, como a guerra do Vietname, a sangrenta mudança de regime na Indonésia ou a secessão do Biafra. Grupos como Council for Freedom in Portugal and Colonies, e jornais como o *Guardian* e o *Observer*, reduziram significativamente o seu apoio e atenção às questões que poderiam manter vivo o interesse da opinião pública pelos destinos de Portugal e do seu regime. Sem financiamentos e patrocínios assinaláveis, os opositores portugueses não possuíam meios para levar a cabo iniciativas que lhes granjeassem alguma notoriedade e, claro está, o reconhecimento da sua relevância da parte do poder político britânico, nomeadamente do Partido Trabalhista.

António de Figueiredo, que contrastava a penúria de meios dos portugueses em comparação com outros grupos estabelecidos na capital britânica, como os Republicanos espanhóis⁴⁸ ou os comités de exilados dos países da Cortina de Ferro, desabafava nestes termos em 1964: “Não temos dinheiro porque não temos organização; não temos organização porque não temos dinheiro; somos desconhecidos porque somos menosprezados; somos menosprezados porque somos desconhecidos”⁴⁹. Com efeito, apesar do seu trabalho incansável junto das redacções de alguns jornais britânicos, Figueiredo era o retrato fiel da impotência a que se encontrava remetida a oposição portuguesa em Londres. Vivendo em quartos alugados, contando literalmente os tostões para viajar, difundir propaganda, ou simplesmente enviar correspondência, o representante de Delgado desesperava também com a atmosfera “neurótica” que teria começado a reinar entre os seus compatriotas em Londres, perceptível, aliás, na cisão consumada no corpo editorial do *PCB* em 1963. As relações de Figueiredo com Plácido de Sousa, por exemplo, tornaram-se especialmente crispadas, com o primeiro a escarnecer da alegada paranóia conspirativa do segundo, a quem chegou a acusar de pretender monopolizar a representação dos “verdadeiros democratas” no Reino Unido nas cartas que, ocasionalmente, enviava a alguns jornais.⁵⁰ Reclamando para si o título de “único assumido inimigo do regime em Londres” (dada a relutância de muitos em darem os seus nomes verdadeiros para manifestos e abaixo-assinados), Figueiredo considerava que a única maneira

⁴⁸ Para a situação dos exilados espanhóis no Reino Unido (mais numerosos, mas não necessariamente mais bem sucedidos), cf. Catalán, Luis Monferrer: *Odisea en Albion. Los Republicanos españoles exilados en Gran Bretaña 1936-1977*. Madrid, Ediciones de la Torre, 2007. Agradeço ao Prof. Francisco Morente Valero a indicação desta referência.

⁴⁹ Carta de António de Figueiredo a Humberto Delgado e FPLN, 30 de Março de 1964. Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de António de Figueiredo.

⁵⁰ Delgado, Iva e Figueiredo, António (coord.), *ob. cit.*, p. 227-228.

de romper o círculo vicioso da irrelevância passava pelo estabelecimento de pontes com os movimentos de libertação africanos, incomparavelmente mais bem dotados de apoios internacionais (bloco afro-asiático e socialista, países nórdicos). A dada altura, como forma de resolver o problema da crónica falta de fundos no exílio, chegou mesmo a sugerir a Delgado a possibilidade de um grupo de personalidades destacadas da oposição portuguesa abordar uma potência do bloco afro-asiático com vista à solicitação de um empréstimo, o qual seria depois reembolsado mal a democracia fosse restaurada em Portugal.⁵¹

Infelizmente para Figueiredo, as suas sugestões não encontraram grande acolhimento. Embora Delgado se tivesse entretanto aproximado das posições preconizadas pelos sectores mais “progressivos” da oposição relativamente à questão colonial (reconhecimento do direito dos povos africanos à autodeterminação e independência), os dirigentes dos movimentos de libertação pareciam muito pouco motivados a contrair compromissos com as figuras que poderiam, um dia, liderar um processo de descolonização em nome de Portugal, sobretudo aquelas que, pelo seu passado, não lhes inspiravam inteira confiança política e ideológica (como era o caso de Delgado, claro está).⁵²

A hora do associativismo

Celebrada com júbilo, a queda de Salazar no Forte de S. António do Estoril acabaria por trazer poucas mudanças para os exilados portugueses no Reino Unido. Se bem que alguns tenham aproveitado a abertura inicial de Caetano para tentarem um regresso a Portugal, a maioria não se deixou convencer pela “Primavera política”, cujos tímidos sinais de liberalização não tardariam a ser desmentidos tanto pela continuação das guerras em África, como pelo carácter essencialmente cosmético das mudanças introduzidas no aparato repressivo do regime.

Isso —e uma inclinação de pendor “obreirista”, característica da cultura da extrema-esquerda de finais da década de 60— ajudará a explicar as tentativas de aproximação de uma parte significativa dos anti-salazaristas no Reino Unido aos

⁵¹ Carta de António de Figueiredo a Humberto Delgado e membros da Junta Revolucionária Portuguesa, 3 de Maio de 1964. Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de António de Figueiredo.

⁵² Cf. o trecho, redigido por Figueiredo, na edição póstuma das *Memórias* de Humberto Delgado: “Os nacionalistas goeses e alguns dos pioneiros dirigentes africanos, sobretudo os que pouco ou nenhum contacto tinham tido com Portugal, mostravam-se insensíveis e impacientes quanto às melindrosas malhas da pobreza e repressão, acusando a oposição democrática portuguesa directamente, e nos seus contactos com terceiros, de ineptitude e vacilação, pondo em dúvida o seu empenho na descolonização. Acresce ainda que o general Delgado, correctamente, tanto do ponto de vista de princípio como de tática, aderiu ao critério de que uma oposição que se definia como democrática não podia autocraticamente antecipar-se as decisões da descolonização”. In Delgado, lva e Figueiredo, António (coord.), *ob. cit.*, p. 226

trabalhadores portugueses aí radicados. Esse esforço realizou-se no quadro de iniciativas de carácter associativo que procuravam ajudar à integração na sociedade britânica dos emigrantes portugueses menos qualificados que, por aquela altura, começavam a afluir em maior número ao Reino Unido, e muito especialmente à sua capital. Empregados na hotelaria, restauração, hospitais e outros serviços públicos, muitos deles chegavam sem dominarem os rudimentos da língua inglesa, por vezes sem quaisquer habilitações literárias, e com uma muito ténue noção do tipo de direitos que possuíam à luz da legislação laboral britânica. Uma vez que uma das raras associações que lhes poderia prestar algum apoio, o Centro Português de Londres (sucedâneo do Centro Católico Português, originalmente fundado em 1961) era uma entidade com ligações ao regime (por via dos subsídios que recebia da embaixada), alguns dos expatriados portugueses tomaram a iniciativa de lhe disputar esse papel. É nesse contexto que surge, em 1968, a Liga do Ensino e da Cultura Portuguesa, criada à imagem da Liga Portuguesa da Cultura Popular, em França, e dinamizada “por alguns dos componentes do antigo GPDI e por um grupo de jovens portugueses chegados a Londres —a maioria deles refractários do exército— que estudava graphic design numa escola de arte em Bromley South [o *Ravensbourne College of Art and Design*]: Zé Brandão, Alda Rosa, Zé Pinto Nogueira, Airinhas Caeiro, Jorge Pacheco, Cristina Reis, João Segurado e João Laranjo”⁵³. Um dos seus fundadores define-a como uma “organização de inter-ajuda e consciencialização cívica”, sem orientação partidária, frentista e empenhada em inculcar nos emigrantes portugueses o gosto pelo sindicalismo e outros direitos civis⁵⁴. Os seus mentores (de onde poderíamos destacar, entre outros, os nomes de João e Maria Emília Monjardino, Sacuntala e Álvaro de Miranda, Pedro George, Jorge Pacheco), davam gratuitamente aulas de Inglês, traduziam documentos, ofereciam aconselhamento jurídico, actuavam como intérpretes junto de diversas entidades britânicas, organizavam convívios e, claro está, tentavam realizar alguma sensibilização política de sentido anti-fascista. Dirigida por um colectivo, e deliberando por consenso (pelo menos na sua fase inicial), a Liga realizou a sua primeira sessão de confraternização numa escola em Ladbroke Grove, próximo de Notting Hill, contando com a presença do cantor de intervenção José Mário Branco, vindo expressamente de Paris. As conferências de teor mais político eram igualmente promovidas, servindo a Liga como ponto de encontro para exilados dispersos por vários países europeus (por lá passou, entre outros, José Medeiros Ferreira, à época radicado na Suíça). No entanto, segundo alguns dos seus elementos, estas não seriam exactamente as iniciativas mais eficazes para ganhar a

⁵³ Miranda, Sacuntala, *ob. cit.*, p. 149.

⁵⁴ Entrevista de José Brandão com o autor, 13 de Janeiro de 2010.

confiança de uma comunidade com um grau de consciência política praticamente nulo e para quem a “oposição” era, normalmente, sinónimo de problemas com as autoridades do seu país de origem.

Ao fim de algum tempo, o papel social da Liga acabaria por ser reconhecido pelas autoridades britânicas, nomeadamente pelo conselho municipal de Camden, à época dominado pelos Trabalhistas, que asseguraria a cedência de um imóvel para a sua sede. As suas actividades foram-se também diversificando (sessões de cinema e teatro passaram a realizar-se com regularidade), o mesmo sucedendo com a sua composição, que ganha um recorte mais inter-classista.⁵⁵ A Liga rivalizava com o CPL em número de associados (cerca de 300-400) e, dado o sentido político de muitas das suas iniciativas, constituía um motivo de preocupação para os representantes do governo português no Reino Unido, em linha, aliás, como que começava a suceder noutros países onde estavam radicados núcleos significativos de emigrantes lusos. Elementos da embaixada portuguesa em Londres, nomeadamente o adido militar e aeronáutico, assim como informadores pagos, frequentavam ocasionalmente alguns encontros e remetiam dados biográficos sobre os seus dirigentes para o MNE, que depois tratava de distribuí-las por diversos departamentos governamentais, incluindo, claro está, o Ministério do Interior e a PIDE.⁵⁶

Em 1971, alguns dos membros da Liga (Álvaro e Sacuntala de Miranda, Óscar Figueiredo e José Neves) irão desenvolver uma acção mais persistente junto da emigração portuguesa com o intuito de promover a sua integração no movimento sindical britânico. Através do Transport and General Workers Union (à época o maior sindicato britânico, com cerca de 2 milhões de associados), adquiriram algumas noções de como vencer a desconfiança instintiva de um grupo vulnerável e pouco informado e persuadi-los das vantagens de se filiarem numa organização sindical no Reino Unido. Essa acção incidiu, na sua fase de arranque, junto de uma cadeia hoteleira britânica, de onde havia sido despedido um trabalhador de nacionalidade espanhola. Desde muito cedo, aliás, parece ter-se tornado evidente que haveria toda a vantagem em que a campanha de sindicalização visasse igualmente indivíduos de outras nacionalidades que trabalhavam ao lado de portugueses, designadamente espanhóis, italianos, turcos, cipriotas e jugoslavos. Mais a mais, era importante contrariar a ideia de que essa imigração poderia constituir um reservatório de mão-de-obra mal paga e dócil, à mercê do patronato britânico, com todas as consequências indesejáveis que isso poderia acarretar para os direitos e regalias

⁵⁵ Para uma descrição das origens e evolução da Liga, e de vários contributos individuais que não nos é possível aqui enumerar, cf. Miranda, Sacuntala, *ob. cit.*, pp. 149-159.

⁵⁶ Cf., por exemplo, o relatório do Adido Militar e Aeronáutico da embaixada portuguesa em Londres para o MNE, de 23 de Julho de 1971. ANTT/Arquivo da PIDE-DGS. SC CI (2) 10 975. UI 7610.

da classe trabalhadora britânica. Assim, para além da constituição do Portuguese Workers Coordinating Committee, foram dados passos para a criação de um International Workers Branch, filiado no TGWU, que não só conseguiu garantir a sindicalização de algum pessoal de hotéis, restaurantes e cabarets, e uma vitória (algo pírrica, porém) contra uma cadeira de *snack-bars* detida por um empresário turco, como se associou a várias lutas travadas pelo sindicalismo britânico da época, designadamente a contestação às medidas de congelamento salarial impostas a vários serviços públicos, e à muito controversa Industrial Relations Act, aprovada em 1971 pela maioria conservadora em Westminster.⁵⁷

Paralelamente à IWB, um outro grupo realizava também acções de sensibilização junto dos trabalhadores portugueses: o núcleo londrino da Acção Socialista Portuguesa. Usando a sigla com um duplo sentido (Acção Sindicalista/Socialista Portuguesa), a fim de evitar conotações partidárias, a ASP procurou estabelecer um diálogo com os membros menos politizados da comunidade portuguesa através de sessões de esclarecimento e de um boletim de produção bastante artesanal, intitulado *Unir*. Fundada em 1970 após uma visita de Tito de Moraes a Londres, a ASP tinha como seu elemento mais conhecido António de Figueiredo, que terá funcionado como o elemento de ligação ao Partido Trabalhista, contando depois entre os seus activistas nomes como José Neves, Áurea Rego, Francisco Seruca Salgado e Rui Mateus (todos eles fundadores do PS em 1973). Os seus meios de acção, porém, eram modestos: com certo custo, obtiveram a cedência de um espaço ao Partido Trabalhista, que de resto se limitou a oferecer-lhes algum material de escritório usado e pouco mais.⁵⁸ No entanto, os seus membros parecem ter conseguido compensar essa escassez de recursos com doses de voluntarismo e alguma imaginação. Elementos da ASP passaram a organizar piquetes de protesto junto das instalações da embaixada portuguesa aquando das celebrações do 10 de Junho, ameaçaram realizar uma manifestação de repúdio à anunciada visita a Londres do bispo-brigadeiro das forças armadas portuguesas, D. António dos Reis Rodrigues (que acabaria por não se realizar), e efectuaram a distribuição de material de propaganda a turistas portugueses à saída do aeroporto de Heathrow.⁵⁹

Ainda no início da década de 1970 terá também surgido uma espécie de “resposta” a estas iniciativas por parte da organização do PCP em Londres, a qual tomaria a forma da Associação dos Portugueses em Inglaterra, dinamizada por Luís

⁵⁷ Sobre estas iniciativas, cf. Miranda, Sacuntala de, *ob. cit.*, pp. 163-172, e entrevistas do autor com Álvaro Miranda (14 de Março de 2010) e José Neves (17 de Novembro de 2009).

⁵⁸ Mateus, Rui: *Contos proibidos. Memórias de um PS desconhecido*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p. 40

⁵⁹ Sobre a actividade da ASP em Londres, cf. Mateus, Rui, *ob. cit.*, e Martins, Susana: *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa, Casa das Letras, 2005, pp. 136-137. Agradeço também a José Neves a cedência da cópia de vários documentos relativos à actividade da ASP neste período.

de Sousa Rebelo, e seguindo um modelo não muito diferente do da Liga (confraternizações, alguma animação cultural e sessões de doutrinação política); assim como da criação de umas “comissões portuguesas de unidade”, que levaram a cabo acções de sensibilização de natureza sindical junto dos emigrantes portugueses, numa aparente marcação de posições à International Workers Branch (designado por Plácio de Sousa como “grupelho esquerdista e contra-revolucionário”)⁶⁰. A API editava também um jornal trimestral, *O Português na Inglaterra*, especialmente dirigido aos meios da emigração.⁶¹

Tudo isto não podia deixar de causar apreensão às autoridades portuguesas. Em 1973, por exemplo, o secretário nacional da Emigração portuguesa propunha-se reforçar o subsídio ao Centro Português de Londres, com o propósito declarado de dar-lhe mais condições para envolver os trabalhadores lusos nas suas actividades e desviá-los de iniciativas potencialmente hostis para com o regime.⁶²

Tais preocupações manifestavam-se também numa outra frente: a da comunicação social. Com efeito, na atmosfera cultural prevalecente no início dos anos 1970 estava a tornar-se cada vez mais difícil fazer a apologia de um regime com as características do Estado Novo. Um caso de certa forma exemplar foi a recepção do julgamento das “Três Marias”, as três escritoras portuguesas (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa) que em 1973 foram levadas a julgamento (depois de um curto período de detenção) por “obscenidade” e “abuso da liberdade de imprensa”, na sequência da publicação do seu manifesto literário feminista *Novas Cartas Portuguesas* (1972). Esse julgamento —um clássico desastre de relações públicas do governo marcelista— acabaria por suscitar várias reacções de protesto e solidariedade nos meios intelectuais anglo-saxónicos, nomeadamente uma tomada de posição do PEN americano e uma carta ao *The Times* assinada por reputadas figuras da vida literária britânica (Doris Lessing, Iris Murdoch, Stephen Spender, Jean Rhys, entre outros).⁶³

⁶⁰ Sobre a actividade do PCP no Reino Unido, baseei-me em parte no “Relatório do Trabalho da Organização [do PCP na Grã-Bretanha] 1961 a Junho de 1982”, datado de 30 de Junho de 1982, gentilmente cedido pelo seu autor, Carlos Plácio de Sousa, e numa entrevista telefónica ao mesmo, em 21 de Março de 2010. De notar que entre finais dos anos 60 e início dos anos 70, alguns elementos da Liga do Ensino e da Cultura alimentaram simpatias pró-maioistas, o que talvez explique o qualificativo de Plácio de Sousa.

⁶¹ Cf., por exemplo, o nº 2 d’ *O Português na Inglaterra* (Fevereiro de 1973), onde se apelava à mobilização dos trabalhadores membros do TGWU para a substituição imediata da totalidade dos membros do comité director do International Workers Branch, “dirigido por elementos estranhos à classe operária”.

⁶² Cf. Melo, Daniel, *ob. cit.*, pp. 418-419.

⁶³ Cf. *Time*, “The Sexes. The case of the Three Marias”, 23 de Julho de 1973 e *The Times*, “Arrest of Portuguese authors”, na secção de cartas, 29 de Março de 1973. Agradeço ao Prof. Helder de Macedo ter-me chamado a atenção para o impacto deste caso.

Para além da hostilidade crescente da imprensa mais liberal, as autoridades portuguesas experimentavam também dificuldades com um órgão particularmente influente: a BBC, e em especial o seu serviço de língua portuguesa, responsável por uma emissão diária de 30 minutos, transmitida em onda curta para Portugal (e, segundo alguns testemunhos, com uma apreciável audiência). Reactivado em 1962, após uma interrupção de cinco anos, o serviço, apesar da sua vinculação aos princípios de isenção e imparcialidade da BBC, era produzido por radialistas e jornalistas cujos sentimentos anti-regime eram, pelo menos em certos meios, bem conhecidos (António Cartaxo, Luís Amorim de Sousa, Paulo David, Joaquim Letria, Manuel Seabra, já para não falar de António de Figueiredo). Para além de contar com um naipe de colaboradores regulares insuspeitos de simpatizarem com o governo de Caetano (entre os quais José Cardoso Pires, então leitor de Português no King's College, Helder Macedo, Alberto Lacerda, José Cutileiro, Luzia Maria Martins), o serviço procurava também ouvir personalidades portuguesas ou africanas que estivessem de passagem por Londres (de Mário Soares a Eduardo Mondlane), e tinha como comentador residente António de Figueiredo, desde 1968 autor de uma coluna semanal no semanário trabalhista *Tribune*. Em Maio de 1970, a pretexto do seu protagonismo numa campanha para a abertura de um inquérito às circunstâncias da morte de Humberto Delgado, aquele viu a sua colaboração ser suspensa pela direcção da estação. Perante a vaga de protestos que rapidamente se desencadeou (com ecos na imprensa e no parlamento), os responsáveis da BBC emendaram a mão e esclareceram que Figueiredo estava apenas “temporariamente suspenso” das emissões para Portugal, mas não dispensado de outras colaborações. Algum tempo depois uma solução “diplomática” acabaria por ser encontrada, tendo o jornalista sido designado “tradutor de palestras”.⁶⁴

A grande mobilização: a visita de Caetano a Londres

Foi pois com este pano de fundo que, em Julho de 1973, decorreria um dos momentos mais marcantes (se não mesmo o mais marcante), da actividade dos exilados portugueses no Reino Unido: as manifestações de protesto contra a visita de Marcelo Caetano a Londres, a pretexto da celebração do 600º centenário da aliança luso-britânica.⁶⁵

⁶⁴ Sobre o serviço português da BBC nos anos 1960 e 1970, cf. Cartaxo, António: *Quase verdade como são memórias*. Lisboa, Colibri, 2010, assim como Sousa, Luís Amorim de: *Londres e Cª*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2003. Para a suspensão de Figueiredo, cf. os documentos e recortes de imprensa no seu processo na PIDE. ANTT/PIDE-DGS. Série CI (2). N.º de Processo 2747.

⁶⁵ Sobre a preparação e o impacto da visita, cf. MacQueen, Norrie e Oliveira, Pedro Aires: Grocer Meets Butcher. Marcelo Caetano's London visit of 1973 and the last days of Portugal's Estado Novo. *Cold War History*, 10 (1), 2010, pp. 29-50.

Planeada com bastante cuidado pelas chancelarias dos dois países, a ideia da visita deve ser creditada ao então embaixador de Portugal em Londres, António Leite de Faria, que desde a sua chegada àquele posto, em meados de 1968, procurara tirar o máximo partido da atmosfera mais distendida entre os governos do Conservador Edward Heath (1970-74) e de Marcelo Caetano. Com o afastamento de Salazar, e depois do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, os responsáveis britânicos encontraram interlocutores aparentemente mais empenhados em esquecer os vários incidentes e fricções que desde 1961 haviam ensombrado o relacionamento bilateral. Para além disso, na sua fase inicial, os governos de Caetano pareciam oferecer uma possibilidade de evolução pacífica em Portugal, num sentido mais condizente com as tendências dominantes na Europa Ocidental desde o pós-guerra. Embora nunca subestimando a dificuldade que o problema colonial colocaria a Caetano, a diplomacia britânica acreditou, até relativamente tarde, que este teria condições para construir os necessários consensos e compromissos sobre os quais assentaria a bem sucedida transição política em Portugal. Mesmo quando, a partir de 1971-72 (revisão constitucional e reeleição de Tomás para a presidência), se tornou patente que o projecto marcelista chegara a um impasse, e a guerra colonial perdurava como obstáculo insuperável à “europeização” do país, isso não parece ter preocupado excessivamente a diplomacia britânica. Como já notámos noutra local, ao fim de décadas de coexistência com o autoritarismo luso, os mandarinados do Foreign Office pareciam incapazes de imaginar o futuro de Portugal para lá do Estado Novo.⁶⁶

Em suma: entre importantes camadas do *establishment* britânico, o sentimento de afecto para com a velha aliança permanecia bem enraizado, mas a noção de que o império, a guerra colonial e a ditadura haviam colocado Portugal à margem do *mainstream* político europeu era incontornável, facto que ganha uma expressão ainda mais aguda no ano em que o Reino Unido concluía, com sucesso, as suas negociações para ingressar na Comunidade Económica Europeia.

Assim sendo, foi com um entusiasmo tépido que o Foreign Office decidiu, em finais de 1971, dar seguimento a uma sugestão de Faria com vista à elaboração de um plano conjunto de iniciativas destinadas a assinalar os 600 anos do primeiro tratado de aliança anglo-português, celebrado em 1373 por Eduardo III de Inglaterra e Fernando I de Portugal. No ano seguinte, ao debruçarem-se mais em concreto sobre as celebrações, os funcionários do FO reconheciam que estas poderiam expor o Governo a algumas críticas embaraçosas na imprensa e no parlamento, pelo que o mais avisado seria privilegiar os aspectos “festivos e cerimoniais”, em detrimento de tópicos mais políticos.

⁶⁶ Oliveira, Pedro Aires: *Os Despojos da Aliança*.

De qualquer forma, seria impossível eclipsar por completo essa dimensão e, ao fim de algumas consultas mútuas, as chancelarias concordaram que o Duque de Edimburgo realizaria uma visita oficial a Portugal, a qual deveria ser retribuída, no mês seguinte, por uma visita de Marcelo Caetano a Londres. Assim que o programa se tornou conhecido, os críticos do regime autoritário no Reino Unido rapidamente deitaram mãos à obra para estragar as festividades.

Em finais de 1972, sob o patrocínio do Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea (CFMAG), era posta em marcha a “End the Alliance Campaign”, à qual se associaram núcleos de exilados portugueses (Liga do Ensino e Cultura, Portuguese Workers Coordinating Committee, o núcleo londrino do recém-formado PS, a organização do PCP no Reino Unido), assim como alguns dos principais sindicatos britânicos e diversos grupos identificados com a causa dos opositores da ditadura caetanista (várias associações de estudantes e organismos como o Movimento Anti-Apartheid). Formado em 1968, a pedido da Frelimo, o CFMAG era liderado pelo enérgico advogado radical, e membro da Câmara dos Lordes, Anthony Gifford, e podia ser definido como uma ONG que fazia campanha a favor daquele movimento independentista, assim como do PAIGC e do MPLA. O seu arranque ficara bastante associado à contestação ao empreendimento de Cahora Bassa e, em particular, à participação indirecta de bancos e firmas britânicas em vários aspectos do projecto. Para além de actuar como o procurador dos movimentos de libertação no Reino Unido, o Comité liderado por Lord Gifford organizava as visitas dos seus dirigentes às ilhas britânicas e promovia deslocações de jornalistas e outras individualidades às “áreas libertadas” pela guerrilha nos territórios africanos de Portugal. Adicionalmente, tratava da produção e distribuição de material informativo e de propaganda (incluindo um boletim informativo intitulado *O Guerrilheiro*) e fazia a ligação com partidos, igrejas e outras forças da sociedade civil britânica. Com um pessoal reduzido, mas altamente empenhado (entre os quais se encontrava o seu único membro português, Bruno da Ponte, então exilado em Edimburgo, e o jornalista Basil Davidson), o Comité impôs-se rapidamente como a organização de referência em qualquer iniciativa que visasse discutir no Reino Unido, de um ponto de vista crítico, o futuro das colónias africanas de Portugal.⁶⁷

Preparada com o profissionalismo típico das ONG britânicas, a campanha beneficiou ainda do entusiasmo e sentido de improviso e imaginação dos activistas portugueses. Para além da produção dos habituais panfletos, comunicados de imprensa e *flyers*, realizaram-se seminários e encontros nas universidades que

⁶⁷ Para o tipo de visão que os activistas da campanha veiculavam acerca da aliança luso-britânica, cf. a brochura “Partners in Crime” (1973), editada pelo Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea. CD 25 de Abril, Espólio de António de Figueiredo.

ajudaram a criar alguma efervescência junto de um público mais disponível para aderir a iniciativas de protesto contra o “imperialismo” e o “racismo”. Em finais de Junho, por exemplo, a Universidade de Manchester acolheu uma conferência para “estudar e discutir o anacronismo do colonialismo português no contexto do moderno imperialismo”, contando entre os seus oradores alguns universitários e jornalistas “engajados”, como Fred Halliday, Bob Sutcliffe e Paul Foot, o exilado sul-africano Joe Slovo, e Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança, dois dirigentes com responsabilidades na área das relações externas da Frelimo.⁶⁸

Os contactos entretanto realizados para associar o Partido Trabalhista à campanha surtiram pleno efeito. Entrevedo uma oportunidade para embaraçar o Governo de Heath, a liderança trabalhista, e em especial os seus deputados mais à esquerda, criticaram sem rodeios o estender da passadeira vermelha ao primeiro-ministro português, assim como a oportunidade da visita do Duque de Edimburgo a Portugal.⁶⁹ Em Maio, Wilson anunciou que o seu partido boicotaria a visita de Caetano, recusando-se a participar em qualquer acto de natureza oficial, e algumas semanas depois deputados trabalhistas faziam eco dos relatos surgidos na imprensa que referiam um alegado acto de auto-censura do Príncipe Filipe em Guimarães, supostamente para evitar melindrar o governo português com referências às divergências das políticas coloniais dos dois países.⁷⁰ A liderança trabalhista aproveitou também o ensejo para conferir uma maior projecção aos seus contactos com Mário Soares, a quem haviam atribuído recentemente uma bolsa de estudo, aprazando um encontro formal com uma delegação do recém-constituído PS para a semana em que Caetano deveria aterrar em solo britânico.⁷¹

Mas a verdade é que, a poucos dias da chegada do ditador português, o mais provável é que o aparato oficial da visita, e as medidas de segurança apertadas promovidas pelas autoridades oficiais dos dois países, fossem suficientes para minimizar os estragos resultantes do esforço dos activistas. Afinal de contas, na agenda noticiosa de 1973, a situação política em Portugal e a “rotina” da guerra colonial despertavam apenas uma atenção moderada por parte dos principais órgãos de comunicação social —e manifestações de rua em Londres eram um acontecimento banal que facilmente passaria despercebido. O que alterou por completo este cenário foi uma manchete do *Times* de 10 de Julho de 1973.

⁶⁸ Cf. documentação vária (correspondência, panfletos) no CD 25 de Abril, Universidade de Coimbra, organizada no núcleo CPI (Comunidade Portuguesa em Inglaterra).

⁶⁹ *The Times*, “Duke to visit Portugal for alliance celebration”, 22 de Março de 1973.

⁷⁰ *The Times*, “Duke made his own changes to speech”, 5 de Julho de 1973.

⁷¹ Para estes contactos, cf. *Portugal Socialista*, Nº 1, Agosto 1973.

Essa manchete dava conta de um massacre de várias dezenas de civis em Moçambique, na província de Tete, no âmbito de uma operação de contra-insurreição levada a cabo por elementos das forças especiais portuguesas. Segundo os relatos de vários sobreviventes, fornecidos ao jornal por um sacerdote católico inglês, o padre Adrian Hastings, uma aldeia inteira fora arrasada e quase todos os seus habitantes haviam sido mortos, muitos deles com requintes de crueldade e sadismo. Estava encontrado o “My Lay” da guerra colonial portuguesa, a faísca que faltava para emprestar uma poderosa dimensão emotiva à campanha de repúdio contra a visita de Caetano.⁷² Apesar dos desmentidos produzidos pelas autoridades portuguesas, as revelações de Hastings ganharam uma credibilidade acrescida por terem surgido no *Times*, então ainda considerado como o emblema da imprensa de referência britânica (e o diário de eleição da elite governante). Nas semanas seguintes, várias televisões e outros jornais conceituados, como o *Sunday Times* e o *Observer*, mobilizaram equipas de reportagem para seguir a história em Moçambique, as quais confirmaram quase por inteiro os relatos de sobreviventes e de outras testemunhas citadas por Hastings. Subitamente, os editorialistas da imprensa *highbrow* e tablóide entretinham-se a estabelecer a ligação entre os horrores de Tete, o regime de Caetano e o esforço bélico de Portugal em África, para concluir, na sua maioria, que dificilmente o primeiro-ministro português poderia ser bem-vindo no Reino Unido. “This man is not wanted”, foi o título escolhido pelo *Daily Mirror*, o grande tablóide do público trabalhista (e à época o diário de maior circulação no Reino Unido), para pôr os seus leitores ao corrente da visita de Caetano.⁷³ Em Lisboa, e face às proporções que a questão de Wiriyanu estava a assumir, o cancelamento da deslocação ainda chegou a ser ponderado pelo Presidente do Conselho, mas a sua hesitação de última hora acabaria por ser vencida graças às palavras de confiança e encorajamento de António de Faria.⁷⁴

Em última análise, esta parecia uma situação sem desfecho satisfatório possível para Caetano. O cancelamento seria, inevitavelmente, interpretado como um sinal de fraqueza (algo a que o acossado líder português era particularmente sensível), mas, por outro lado, o *timing* da visita dificilmente poderia ser mais inoportuno, uma vez desencadeada a tempestade mediática em torno do caso de Wiriyanu.

⁷² Sobre o protagonismo de Adrian Hastings na denúncia dos massacres, cf. Oliveira, Pedro Aires: Adrian Hastings e Portugal: Wiriyanu e outras polémicas. *Lusitana Sacra*, 19-20, 2007-2008, pp. 379-397, assim como o seu relato em primeira mão em Hastings, Adrian: *The Shaping of Prophecy: Passion, Perception and Practicality*. Londres, Geoffrey Chapman, 1995.

⁷³ Outras manchetes significativas, da parte da imprensa de referência, poderiam ser citadas: “An unwelcome visit” (*Sunday Times*, 15 de Julho de 1973), “False Friendship” (*Observer*, 15 de Julho de 1973).

⁷⁴ Sobre o envolvimento de Faria na visita, cf. Telo, António José (org.): *António de Faria*. Lisboa, Cosmos, 2001.

Os muitos incidentes que pontuaram a sua deslocação não deixariam de confirmar tais receios.

Como seria de esperar, as iniciativas mais hostis tiveram lugar nas ruas da capital britânica.⁷⁵ Os esforços envidados pelo FO para manter secretos os itinerários de Caetano não surtiram efeito, e tanto os seus trajectos de automóvel como a sua chegada a certos locais (Royal Navy College, em Greenwich, Mansion House, na City, embaixada portuguesa, em Grovesnor Square) foram acompanhados por manifestações e piquetes, envolvendo palavras de ordem anti-regime entoadas por exilados portugueses e activistas sindicais britânicos e, por vezes, arremessos de objectos. No Museu Britânico, a visita de Caetano a uma exposição dedicada à história da aliança luso-britânica foi perturbada por um *walk-out* dos trabalhadores da instituição (e uma manifestação ruidosa), ao passo que uma parada de elementos da GNR no Mall, próximo do Palácio de Buckingham, acabaria por ser vaiada por vários activistas, não obstante as disposições que proibiam a realização de manifestações nos Parques Reais (e a protecção de cerca de 100 detectives da Scotland Yard, incluindo alguns elementos armados do Special Branch). Tudo isto culminaria numa muito concorrida marcha, realizada num domingo chuvoso, já com Caetano ausente do Reino Unido. Desfilando ordeiramente, mas gritando os slogans vigorosos que a ocasião exigia, os manifestantes percorreram um trajecto de Embankment, nas margens do Tamisa, até Hyde Park. Para surpresa de alguns, Mário Soares tomou a dianteira do cortejo, logo seguido de alguns militantes do PS, à frente de uma multidão de cerca de 15 000 pessoas (onde se incluíam alguns activistas radicais de renome, como o paquistanês Tariq Ali). Terá sido, de acordo com alguns testemunhos, a maior manifestação realizada em Londres desde o fim da guerra do Vietname. Depois destas acções, e da respectiva cobertura jornalística, a contestação ao regime e à sua política colonial ganhou um impulso novo, conseguindo, segundo alguns militantes anti-Estado Novo, ganhar uma vida própria, menos dependente das “boleias” dadas por outras organizações e campanhas.⁷⁶

Na Câmara dos Comuns, a visita e a controvérsia em torno dos massacres de Moçambique geraram um despique aceso entre Sir Alec Douglas-Home, o

⁷⁵ A véspera da visita, 15 de Julho, um domingo, ficou logo assinalada por uma manifestação que terá reunido aproximadamente 5000 manifestantes, numa marcha até à embaixada portuguesa em Belgrave Square liderada por sete deputados trabalhistas e Lord Gifford. Cf. *The Times*, “Heavy police precautions as Dr Caetano begins His visit to Britain today”, 16 de Julho de 1973.

⁷⁶ Informação de Bruno da Ponte ao autor, que alude ao muito maior número de convites e solicitações que o CFMAG passou a receber a partir de então para organizar sessões de esclarecimento acerca de Portugal e a guerra colonial. Entrevista telefónica ao autor (20 de Fevereiro de 2010). Igualmente decisivo foi a notoriedade alcançada por Adrian Hastings e a publicação, no início de 1974, do livro *Wiriyamu* (Search Press), que imediatamente se tornou um *best-seller* na área dos livros políticos.

Secretário de Estado do FO, e o líder da oposição, Harold Wilson, centrado, essencialmente, na dualidade de critérios de Conservadores e Trabalhistas no tratamento que dispensavam às ditaduras de direita e de esquerda quando se encontravam no governo. Apesar da inevitável derrota da moção trabalhista, Wilson não desistiu de tentar infligir alguns danos aos seus adversários com base na questão portuguesa. Num debate televisivo, o antigo primeiro-ministro afirmou que, caso regressasse ao poder, avançaria com um pedido de exclusão de Portugal da NATO e trataria de reforçar o apoio do seu partido aos movimentos independentistas das colónias portuguesas. Tendo em conta o triunfo eleitoral do Labour em Março de 1974, a escassas semanas, portanto, do golpe militar de 25 de Abril, não é descabido supor que as relações luso-britânicas se viessem a ressentir de tais promessas.⁷⁷

Poucos meses volvidos sobre a visita de Caetano, o pano sobre a mais velha ditadura da Europa Ocidental caiu. Muitos dos exilados e expatriados portugueses no Reino Unido apanharam o primeiro avião disponível para o aeroporto da Portela. Alguns abandonaram de vez as ilhas britânicas para cumprir o sonho de viver em liberdade no seu país. Outros, porém, acabariam por regressar, ou por haverem constituído família, ou por terem iniciado carreiras profissionais estáveis e promissoras. Alguns mantiverem a sua actividade associativa por mais alguns anos, animados pelo impulso cívico que os levara a contestar o regime autoritário e a apoiar a integração social dos seus compatriotas. Desse período e dessas iniciativas, porém, já não se ocupa este artigo.

Em jeito de balanço

Que podemos, então, concluir acerca da sua actividade em solo britânico, no período de 1960-1974?

Como já notámos, dificilmente a sua situação terá correspondido à célebre definição do exílio feita por Edward Said como “o mais triste dos destinos”.⁷⁸ Sem pretendermos obviamente minimizar as razões, muitas vezes dramáticas, que estiveram na base dessa expatriação, parece razoável concluir que a maior parte dos portugueses que reclamavam para si a condição de exilados políticos alcançou um nível de integração bastante satisfatório na sociedade britânica, circunstância a que não terá sido alheia a sua preparação cultural para lidar com os desafios que aí encontraram (domínio da língua inglesa, habilitações universitárias), ou até os apoios

⁷⁷ Sobre este debate e o endurecimento da postura dos Trabalhistas com referência ao regime de Caetano, cf. MacQueen, Norrie e Oliveira, *Pedro Aires, ob. cit.*

⁷⁸ Said, Edward: *Representaciones del intelectual*. Barcelona, Paidós, 1996, p.59.

que alguns trouxeram de Portugal (no caso dos artistas plásticos ou designers, as bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian). Para além de uma inserção profissional bem sucedida (especialmente entre os membros das profissões liberais e alguns académicos), beneficiaram também da postura *laissez-faire* das autoridades locais para com os dissidentes políticos estabelecidos nas ilhas britânicas e, com o passar do tempo, foram inclusivamente conquistando alguns apoios para as iniciativas de índole associativa e política que desenvolviam, algumas delas abertamente hostis ao regime de Lisboa.

Seria evidentemente temerário atribuir-lhes um papel decisivo na erosão do regime, que acabaria por ser derrubado por um pronunciamento militar clássico, resultante de uma deterioração irreversível entre o poder político e sectores insatisfeitos da instituição castrense. As pressões internacionais para uma mudança de regime em Portugal foram, como é sabido, limitadas. Instituições como a CEE não possuíam então uma política para fomentar processos de transição à democracia, e a situação estratégica associada à Guerra Fria inibia os estados-membros da NATO mais influentes de equacionarem o isolamento ou exclusão de uma ditadura como a portuguesa (não obstante a ameaça de Wilson, de resto nunca concretizada nas poucas semanas em que voltou a “coabitar” com o governo de Caetano, após as eleições britânicas de Fevereiro de 1974). Em países como a Argélia, a actividade de núcleos como a FPLN perdeu-se, ao fim de pouco tempo, em dissídios e disputas que, inclusivamente, levariam ao isolamento e posterior assassinato de Humberto Delgado e ao inevitável colapso da concertação de esforços que a oposição portuguesa vinha desenvolvendo desde finais dos anos 1950. E no entanto, por muito ineficaz, ou até contra-producente, que a actividade desses grupos possa ter sido, seria injusto desmerecer os seus esforços. A partir dos anos 1960, o seu contributo para a modificação das percepções internacionais do regime salazarista não terá sido assim tão negligente. Através das suas redes de contactos, ajudaram a sensibilizar sectores influentes da opinião pública de vários países para a “anomalia” que constituía a ditadura portuguesa no contexto de uma Europa Ocidental democratizada, e fizeram a denúncia de uma guerra colonial que consideravam injusta e insensata.

A este respeito, o estudo da comunidade anti-salazarista do Reino Unido oferece-nos algumas pistas interessantes para avaliar as condições e o impacto da actividade dos exilados portugueses nos anos 60 e 70. Através dela é possível seguir, por exemplo, as oscilações das atitudes dos governos e das sociedades civis dos países europeus relativamente ao regime autoritário português, que graças ao seu emprego de um “ótimo de terror” (por oposição a “um cru máximo de terror”, na

expressão de Hermínio Martins)⁷⁹ conseguia frequentemente sair ileso das comparações com ditaduras mais abertamente repressivas (o que tornava por vezes ingrata a tarefa de quem pretendia desmistificar a reputação benigna de Salazar). De qualquer modo, parece evidente que as questões relacionadas com os direitos humanos começaram a adquirir uma saliência inédita na forma como o Estado Novo era avaliado em certos meios, o que poderá ser explicado não apenas pela acção de ONG influentes, como a Amnistia Internacional, mas também (ou sobretudo) pelo relaxamento das tensões Leste-Oeste, dentro do espírito de *détente* que se instalou no início da década de 1960⁸⁰. Mesmo para a opinião liberal-conservadora, que até aos anos 50 encontrara sempre argumentos para justificar a tolerância do Ocidente para com o paternalismo autocrático de Salazar, começou a ser difícil oferecer uma defesa pragmática da ditadura portuguesa. No início da década de 70, a liderança de um partido de poder, como era o *Labour* britânico, sentia-se muito mais à-vontade para desenvolver contactos abertos com a oposição portuguesa, situação impensável uma década antes, ou até para se pronunciar a favor da exclusão de Portugal da NATO.

Muito referido nas entrevistas que nos foi possível realizar, e amplamente confirmado pela evidência documental, é a importância crítica da questão colonial na formação de percepções mais negativas acerca do Estado Novo entre a opinião pública do Reino Unido. A eclosão da guerra em Angola permitiu aos críticos de Salazar estabelecer um elo entre a ausência de liberdade e democracia em Portugal e a persistência de um colonialismo que havia já sido abandonado (ou estava em vias de o ser) pelas demais potências europeias, exactamente por causa da ameaça que as guerras e emergências coloniais poderiam colocar às suas instituições democráticas e liberais. Essa conexão foi desde muito cedo assimilada pelos exilados anti-salazaristas e integrada em todas as suas iniciativas e material de propaganda. Numa conjuntura muito marcada pelos debates e discussões teóricas em torno do “imperialismo” e do “neo-colonialismo”, era uma forma de inserir o destino de um pequeno e periférico estado europeu numa problemática mais vasta e apelativa para importantes sectores da esquerda britânica. Debatendo-se com dificuldades de vária ordem para granjear algum reconhecimento numa sociedade que acolhia um número apreciável de grupos de refugiados políticos, alguns elementos da oposição em Londres acalentaram a ilusão de que as suas credenciais anti-coloniais lhes

⁷⁹ Martins, Hermínio: *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, p. 68.

⁸⁰ Sobre a progressiva emergência de um regime internacional de protecção dos direitos humanos, cf. Clark, Ann Marie, *ob. cit.* Para as relações entre a *détente* e a cultura de protesto e dissidência na Europa da década de 1960, cf. Suri, Jeremi, *Power and Protest. Global Revolution and the Rise of Détente*. Harvard, Harvard UP, 2003.

pudessem valer o apoio da parte dos movimentos independentistas africanos e dos governos que os financiavam. Como vimos, porém, esse desiderato acabaria por nunca se concretizar, por razões que terão radicado numa desconfiança arraigada dos dirigentes africanos relativamente à autenticidade do empenho da esquerda portuguesa no lançamento de um processo de descolonização que satisfizesse o essencial das suas aspirações.⁸¹

Agradecimento

O autor deseja exprimir o seu agradecimento às seguintes pessoas, todas elas radicadas no Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970, pelas entrevistas e depoimentos concedidos: Álvaro Miranda, António Cartaxo, António Nogueira Santos, Bruno da Ponte, Carlos Plácido de Sousa, Helder Macedo, João Monjardino, José Brandão, José Neves, Luís Amorim de Sousa, Salette Brandão. As datas desses testemunhos vêm assinaladas nas notas de rodapé.

Uma palavra de reconhecimento também para os documentalistas e demais colaboradores do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra pelo auxílio durante uma pesquisa aí efectuada, assim como para o Victor Pereira, pelas úteis pistas relativas ao Arquivo da PIDE.

Bibliografia

- Addicott, L.: *Cry Angola!*. Londres, SCM Press, 1962
- Buchan, T.: “The truth will set you free”: the making of Amnesty International”. *Journal of Contemporary History*, 37 (4), Outubro, 2002, p. 576-577
- Cartaxo, A.: *Quase verdade como são memórias*. Lisboa, Colibri, 2010
- Catalán, L. Monferrer: *Odisea en Albion. Los Republicanos españoles exilados en Gran Bretaña 1936-1977*. Madrid, Ediciones de la Torre, 2007
- Chabal, P. (ed.): *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres, Hurst & Company, 2001, pp. 3-16.
- Clark, A. M.: *Diplomacy of Conscience. Amnesty International and Changing Human Rights Norms*, Princeton, Princeton UP, 2001
- Delgado, I. e Figueiredo, A. (coord.): *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991
- Delgado, H.: *A Tirania Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995
- Delgado, I. Faria, T.; Pacheco, C. (coords.): *Humberto Delgado: As Eleições de 58*. Lisboa, Vega, 1998
- Farinha, L.: “Exílio” in Rosas, F. e Brito, J. M. Brandão (org.): *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 323-325,

- Farinha, L., Madeira, J. e Pimentel, I.: *Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007
- Figueiredo, A.: Who Spied on Me?, *New African*, Janeiro, 2006, n° 447, p. 40
- Hastings, A.: *The Shaping of Prophecy: Passion, Perception and Practicality*. Londres, Geoffrey Chapman, 1995.
- Gibney, M. J.: *The Ethics and Politics of Asylum. Liberal Democracy and the Response to Refugees*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004
- Howe, S.: *Anticolonialism in British Politics. The Left and the End of Empire, 1918-1964*. Oxford, Clarendon Press, 1993
- Knox, K. e Kushner, T.: *Refugees in an Age of Genocide. Global, National and Local Perspectives*. Londres, Frank Cass, 1999.
- Lara, L.: *Documentos e Comentários para a História do MPLA. Até Fev. 1961*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999
- MacQueen, N. e Oliveira, P. Aires: Grocer Meets Butcher. “Marcello Caetano’s London visit of 1973 and the last days of Portugal’s Estado Novo”. *Cold War History*, 10 (1), 2010, pp. 29-50.
- Madeira, J.: “O PCP e a questão colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”. *Estudos do Século XX*, 3, 2003, pp. 188-191
- Martins, H.: *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998
- Martins, S.: *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa, Casa das Letras, 2005
- Mateus, R.: *Contos proibidos. Memórias de um PS desconhecido*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995
- Melo, D.: “As Pátrias à Distância: Nacionalidade e Regionalidade no Associativismo Emigrante Português no Reino Unido”. *Negócios Estrangeiros*, 10, Fevereiro de 2007, p. 411
- Miranda, S. de: *Memórias de um Peão nos Combates pela Liberdade*. Lisboa, Edições Salamandra, 2003
- Mónica, M. F.: “A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995” in Barreto, António (org.): *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1996
- Mónica, M. F.: *Bilhete de Identidade*. Lisboa, Alêtheia, 2005
- Oliveira, P. Aires: *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa, Tinta da China, 2007
- Oliveira, P. Aires: “Adrian Hastings e Portugal: Wiryamu e outras polémicas”. *Lusitana Sacra*, 19-20, 2007-2008, pp. 379-397
- Osório, L.: *Vinte e Cinco Portugueses*. Lisboa, Editorial Notícias, 1999

- Paula, H.: “Os Insubmissos da Colónia”. A recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945)”, *Penélope*, 16, 1995, pp. 9-24.
- Pereira, J. Pacheco: *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política – Volume 3: O Prisioneiro (1949-1960)*. Lisboa, Temas & Debates, 2005
- Pereira, V.: *Les Exilés Politiques Portugaises en France de 1958 à 1974*. [Memoire de Maîtrise d’Histoire Contemporaine]. Rouen, 2000 (policopiado).
- Pereira, V.: “Emigrés surveillés. La Pide et les Portugais en France”. *Latitudes*, 21, Setembro 2004, pp. 3-12.
- Pinheiro, P. MacGowan (ed.): *Angola: a Symposium. Views of a Revolt*. Oxford, Oxford UP, 1962
- Pinheiro, P. MacGowan: *Misérias do Exílio. Os últimos anos de Humberto Delgado*. Lisboa, Contra-Regra, 1998
- Power, J.: *Like Water on Stone. The Story of Amnesty International*. London, Penguin Books, 2002
- Raby, D. L.: *A Resistência Anti-Fascista em Portugal (1941-1974)*. Lisboa, Salamandra, 1990.
- Raby, D. L.: “Portuguese Exile Politics: The ‘Frente Patriótica de Libertação Nacional’, 1962-1973”. *Luso-Brazilian Review*, XXXI, 1994, pp. 77-89
- Ramos, R.: “A erudição lusitanista perante a guerra (c. 1960 – c. 1970): algumas observações sobre a polémica entre Chrales Boxer e Armando Cortesão”. In Coelho, Teresa Pinto (coord): *Os Descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa 1880-1972*. Lisboa, Colibri, 2006. p. 189-218.
- Rosa, F. Delgado: *Humberto Delgado. Biografia do General Sem Medo*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2008
- Said, E.: *Representaciones del intelectual*. Barcelona, Paidós, 1996
- Said, E.: *Reflections on Exile and Other Essays*. Harvard, Harvard UP, 2001
- Sertório, M.: *Humberto Delgado. 70 Cartas Inéditas. A luta contra o fascismo no exílio*. Lisboa, Praça do Livro, 1978
- Shain, Y.: *The Frontier of Loyalty. Political Exiles in the Age of the Nation State*. Hanover & London, Wesleyan University Press, 1989
- Suri, J.: *Power and Protest. Global Revolution and the Rise of Détente*. Harvard, Harvard UP, 2003
- Stone, G.: “Britain and the Angolan Revolt of 1961”. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 27, 1, Janeiro 1999, p. 111-137.
- Tomás, A.: *O Fazedor de Utopias. Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa, Tinta da China, 2008
- Valente, V. Pulido: *Às Avessas*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1990